SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS 2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO 6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 9

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS 10
1. CONTEXTO OPERACIONAL 10
2. BASE DE PREPARAÇÃO 10
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO 14
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES 16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 17
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 17
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA 18
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 20
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 21
10. FUNDOS VINCULADOS 22
11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS 23
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 23
13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS 24
14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO E SETORIAIS 25
15. ATIVOS DE CONTRATO 30
16. INVESTIMENTOS 32
17. IMOBILIZADO 44
18. INTANGÍVEIS 45
19. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL 47
20. FORNECEDORES 48
21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES, VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 49
22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 50
23. ENCARGOS REGULATÓRIOS 54
24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 54
25. PROVISÕES 56
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 65
27. SUBSIDIÁRIAS COM PARTICIPAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NÃO CONTROLADORES 66
28. RECEITA 67
29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 70
30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 73
31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 74
32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 79
33. SEGMENTOS OPERACIONAIS 94
34. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS 98
35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 99
36. EVENTOS SUBSEQUENTES 100

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO 101

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES 112

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR 120

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DEZEMBRO DE 2018

ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	796.441	890.804	15.464	54.330
Títulos e valores mobiliários	6	506.095	703.551	21.317	80.781
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	7	4.268.352	4.091.722	5.042	5.813
Ativos financeiros e setoriais da concessão	14	1.325.308	1.070.384	-	-
Ativos de contrato	15	131.085	130.951	-	-
Tributos compensáveis	8	115.190	124.183	3.156	3.020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	371.881	386.668	33.085	41.274
Dividendos a receber	31	119.414	119.743	945.584	945.584
Fundos vinculados	10	88.177	90.993	128	129
Estoques		32.010	35.619	10	10
Adiantamento a fornecedores		-	6.785	-	-
Reembolso de subsídios tarifários	13	169.177	90.845	-	-
Subvenção baixa renda		41.546	30.232	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	32	75.496	69.643	-	-
Outros		432.958	507.918	8.409	13.801
		8.473.130	8.350.041	1.032.195	1.144.742
Ativos classificados como mantidos para venda	34	19.285.433	19.446.033	1.573.967	1.573.967
TOTAL DO CIRCULANTE		**27.758.563**	**27.796.074**	**2.606.162**	**2.718.709**
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	85.988	108.683	2.950	10.691
Adiantamento a fornecedores		-	87.285	-	-
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	7	89.034	80.889	-	-
Tributos compensáveis	8	241.834	242.356	3.672	3.672
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	4.967	5.516	1.900	2.401
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9c	2.147.228	2.146.863	831.549	809.270
Depósitos vinculados a litígios	12	2.482.838	2.501.512	304.757	326.345
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	32	890.150	743.692	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	11	250.867	245.566	250.867	245.566
Outros		889.247	697.389	21.876	35.756
Ativos financeiros e setoriais da concessão	14	4.798.090	4.927.498	-	-
Ativos de contrato	15	1.580.628	1.597.996	-	-
Investimentos	16	5.301.804	5.234.578	13.250.169	12.405.706
Imobilizado	17	2.627.256	2.661.585	2.145	2.250
Intangível	18	10.740.943	10.777.191	5.708	6.125
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	19	324.190	-	17.427	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**32.455.064**	**32.058.599**	**14.693.020**	**13.847.782**
TOTAL DO ATIVO		**60.213.627**	**59.854.673**	**17.299.182**	**16.566.491**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Fornecedores	20	2.012.244	1.801.252	8.433	9.285
Encargos regulatórios	23	498.334	514.412	5.661	5.671
Participação dos empregados e administradores no resultado		143.734	78.759	8.635	4.813
Impostos, taxas e contribuições	21a	298.202	409.825	3.933	45.014
Imposto de renda e contribuição social	21b	42.603	112.063	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		861.637	863.703	861.412	861.420
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	2.650.243	2.197.566	-	-
Salários e contribuições sociais		276.600	283.730	15.019	17.446
Obrigações pós-emprego	24	257.155	252.688	14.558	13.774
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	19	92.518	-	10.042	-
Adiantamento de clientes	7	32.523	79.405	-	-
Valores a pagar a partes relacionadas	31	-	-	369.221	408.114
Outras obrigações		482.732	527.942	3.163	12.084
		7.648.525	7.121.345	1.300.077	1.377.621
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	34	16.111.639	16.272.239	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		**23.760.164**	**23.393.584**	**1.300.077**	**1.377.621**
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	23	160.700	178.525	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	11.486.574	12.574.262	45.879	45.081
Impostos, taxas e contribuições	21a	29.780	29.396	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	755.729	728.419	-	-
Provisões	25	603.271	640.671	64.469	64.204
Obrigações pós-emprego	24	4.768.461	4.735.656	501.869	495.677
PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores	21a	1.129.697	1.123.680	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - opções	32b	430.156	419.148	-	-
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	19	234.819	-	7.547	-
Outras obrigações		118.574	92.005	4.410	5.189
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**19.717.761**	**20.521.762**	**624.174**	**610.151**
TOTAL DO PASSIVO		**43.477.925**	**43.915.346**	**1.924.251**	**1.987.772**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26				
Capital social		7.293.763	7.293.763	7.293.763	7.293.763
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		6.362.022	6.362.022	6.362.022	6.362.022
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.332.979)	(1.326.787)	(1.332.979)	(1.326.787)
Lucros acumulados		802.404	-	802.404	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	27	**15.374.931**	**14.578.719**	**15.374.931**	**14.578.719**
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		**1.360.771**	**1.360.608**	**-**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**16.735.702**	**15.939.327**	**15.374.931**	**14.578.719**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**60.213.627**	**59.854.673**	**17.299.182**	**16.566.491**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	28	**5.913.178**	**4.935.431**	**2.737**	**73**
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	29				
Energia elétrica comprada para revenda		(2.594.181)	(2.263.693)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(333.796)	(392.542)	-	-
Gás comprado para revenda		(394.982)	(263.233)	-	-
		(3.322.959)	(2.919.468)	-	-
OUTROS CUSTOS	29				
Pessoal e administradores		(263.087)	(240.802)	-	-
Materiais		(12.472)	(7.155)	-	-
Serviços de terceiros		(219.756)	(170.770)	-	-
Depreciação e amortização		(194.910)	(194.686)	-	-
Provisões operacionais		(634)	(12.779)	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(199.118)	(180.669)	-	-
Outras		(2.160)	(3.286)	-	-
		(892.137)	(810.147)	-	-
CUSTO TOTAL		**(4.215.096)**	**(3.729.615)**	-	**-**
LUCRO BRUTO		**1.698.082**	**1.205.816**	**2.737**	**73**
DESPESAS OPERACIONAIS	29				
Despesas com vendas		(79.351)	(76.183)	-	-
Despesas gerais e administrativas		(222.710)	(216.649)	(21.867)	(9.596)
Despesas com provisões operacionais		(29.021)	(43.686)	(18.013)	(39.311)
Outras despesas operacionais		(203.938)	(132.160)	(16.356)	(14.375)
		(535.020)	(468.678)	(56.236)	(63.282)
Resultado de equivalência patrimonial	16	67.226	56.874	834.955	498.370
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		**1.230.288**	**794.012**	**781.456**	**435.161**
Receitas financeiras	30	350.518	241.854	3.006	11.248
Despesas financeiras	30	(452.078)	(399.654)	(9.665)	(894)
Resultado antes dos impostos		**1.128.728**	**636.212**	**774.797**	**445.515**
Imposto de renda e contribuição social correntes	9c	(304.722)	(185.026)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(26.767)	13.409	22.279	18.934
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**797.239**	**464.595**	**797.076**	**464.449**
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		797.076	464.449	797.076	464.449
Participação dos acionistas não-controladores	27	163	146	-	-
		797.239	**464.595**	**797.076**	**464.449**
Resultado básico e diluído por ação preferencial	26	**0,55**	**0,32**	**0,55**	**0,32**
Resultado básico e diluído por ação ordinária	26	**0,55**	**0,32**	**0,55**	**0,32**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**797.239**	**464.595**	**797.076**	**464.449**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	(1.310)	(416)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	446	-	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto, líquida de impostos	-	-	(864)	(416)
	(864)	(416)	(864)	(416)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**796.375**	**464.179**	**796.212**	**464.033**
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	796.212	464.033	796.212	464.033
Participação dos acionistas não-controladores	163	146	-	-
	796.375	**464.179**	**796.212**	**464.033**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**7.293.763**	**2.249.721**	**6.362.022**	**(1.326.787)**		**14.578.719**	**1.360.608**	**15.939.327**
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	797.076	**797.076**	163	**797.239**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	**(864)**	**-**	**(864)**	**-**	**(864)**
Realização do custo atribuído	-	-	-	(5.328)	5.328	**-**	-	**-**
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019	**7.293.763**	**2.249.721**	**6.362.022**	**(1.332.979)**	**802.404**	**15.374.931**	**1.360.771**	**16.735.702**

	Capital Social	Subscrição de ações a capitalizar	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**6.294.208**	**1.215.223**	**1.924.503**	**5.728.574**	**(836.522)**	**-**	**14.325.986**	**4.150**	**14.330.136**
Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9	-	-	-	-	-	(181.846)	(181.846)	-	(181.846)
Subscrição de ações a capitalizar	-	109.550	-	-	-	-	109.550	-	109.550
Lucro Líquido do período	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**464.449**	**464.449**	**146**	**464.595**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(416)	-	(416)	-	(416)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	10.177	7.345	**17.522**	-	**17.522**
Destinação do lucro líquido do período									
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	976	-	(976)	**-**	-	**-**
Dividendos Estatutários	-	-	-	-	-	-	**-**	(100)	**(100)**
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018	**6.294.208**	**1.324.773**	**1.924.503**	**5.729.550**	**(826.761)**	**288.972**	**14.735.245**	**4.196**	**14.739.441**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		797.239	464.595	797.076	464.449
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9.d	26.767	(13.409)	(22.279)	(18.934)
Depreciação e amortização	20	230.896	212.991	2.939	118
Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível	14, 15,17 e 18	5.657	928	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	16	(67.226)	(56.874)	(834.955)	(498.370)
Atualização dos ativos financeiros da concessão	14	(112.652)	-	-	-
Atualização financeira dos ativos de contrato	15	(6.675)	-	-	-
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	15	(5.596)	(2.927)	-	-
Juros e variações monetárias		301.487	180.967	3.023	(11.199)
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	22	32.980	16.031	-	-
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	22	6.933	9.000	39	-
Provisões operacionais e perdas estimadas	29.d	97.998	94.297	18.013	4.776
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos - swap	30	(152.311)	(97.517)	-	-
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	29.d	11.008	38.910	-	34.535
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	14	(120.350)	(441.156)	-	-
Obrigações pós-emprego	24	116.138	101.279	11.699	10.995
		1.162.293	**507.115**	**(24.445)**	**(13.630)**
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia		(264.126)	262.384	771	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	14	74.534	153.267	-	-
Tributos compensáveis		9.515	(76)	(136)	(76)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(43)	(4.419)	(729)	(350)
Depósitos vinculados a litígios		28.177	(17.652)	22.121	997
Dividendos recebidos		329	35.642	-	261.155
Ativos financeiros da concessão – indenização de usinas de geração	14	107.933	190.403	-	-
Ativos de contrato da concessão	15	3.556	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		6.785	(47.499)	-	-
Reembolso Subsídios Tarifários		(78.332)	-	-	-
Subvenção baixa renda		(11.314)	(383)	-	-
Outros		(4.387)	3.376	19.054	13.564
		(127.373)	**575.043**	**41.081**	**275.290**
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		210.992	(719.290)	(852)	(2.732)
Impostos, taxas e contribuições		(105.222)	(25.723)	(23.279)	170
Imposto de renda e contribuição social a pagar		287.139	185.026	-	-
Salários e contribuições sociais		10.672	(20.423)	(2.427)	(986)
Encargos regulatórios		(33.903)	(69.019)	(10)	-
Adiantamento de clientes		(48.030)	(55.891)	-	-
Obrigações pós-emprego	24	(78.866)	(71.357)	(4.723)	(3.802)
Outros		(9.530)	(115.141)	(23.443)	(5.521)
		233.252	**(891.818)**	**(54.734)**	**(12.871)**
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**1.268.172**	**190.340**	**(38.098)**	**248.789**
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures	22	(284.847)	(344.753)	-	-
Juros sobre arrendamentos	19	(9.340)	-	(392)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(357.981)	(218.654)	(8.382)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**616.004**	**(373.067)**	**(46.872)**	**248.789**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		225.171	648.697	67.205	45.012
Fundos vinculados		-	(1.970)	-	(1.393)
Em investimentos	16				
Aporte em investidas	16	-	(82.309)	(10.337)	(420.016)
Baixa recebido na incorporação		-	-	-	428
Em imobilizado	17	(6.125)	(12.398)	-	-
Em intangível	18	(6.290)	(173.707)	-	(7)
Em ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás		(152.341)	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**60.415**	**378.313**	**56.868**	**(375.976)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Subscrição de ações a capitalizar		-	109.550	-	109.550
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos a acionista controlador		(2.066)	(263)	(8)	(5)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		-	-	(46.599)	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	22	(753.603)	(722.462)	-	-
Arrendamentos pagos	19	(15.113)	-	(2.255)	
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(770.782)**	**(613.175)**	**(48.862)**	**109.545**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(94.363)	(607.929)	(38.866)	(17.642)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	890.804	1.030.257	54.330	38.672
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**5**	**796.441**	**422.328**	**15.464**	**21.030**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Mar/2019		Jan a Mar/2018		Jan a Mar/2019		Jan a Mar/2018	
RECEITAS								
Venda de energia, gás e serviços	8.736.257		7.321.858		3.650		80	
Receita de construção de distribuição	171.031		176.797		-		-	
Receita de construção de transmissão	28.087		1.063		-		-	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	80.788		81.827		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	6.040		792		-		-	
Receita de indenização de transmissão	32.499		49.841		-		-	
Receita de indenização de geração	-		17.245		-		-	
Investimento em imobilizado	3.976		18.527		-		-	
Outras receitas	2.924		3.689		-		-	
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(79.351)		(76.183)		-		-	
	8.982.251		**7.595.456**		**3.650**		**80**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(2.844.918)		(2.477.831)		-		-	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(372.488)		(437.078)		-		-	
Serviços de terceiros (1)	(359.965)		(311.249)		(5.312)		(1.967)	
Gás comprado para revenda	(501.565)		(263.233)		-		-	
Materiais (1)	(105.888)		(107.126)		(6)		(42)	
Outros custos operacionais (1)	(94.113)		(108.989)		(19.630)		(41.043)	
	(4.278.937)		**(3.705.506)**		**(24.948)**		**(43.052)**	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**4.703.314**		**3.889.950**		**(21.298)**		**(42.972)**	
RETENÇÕES								
Depreciação e amortização (1)	(230.896)		(212.991)		(2.939)		(118)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**4.472.418**		**3.676.959**		**(24.237)**		**(43.090)**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de equivalência patrimonial	67.226		56.874		834.955		498.370	
Receitas financeiras	350.518		241.854		3.006		11.248	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**4.890.162**		**3.975.687**		**813.724**		**466.528**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	**500.572**	**10,24**	**404.065**	10,16	**27.295**	**3,36**	**17.816**	**3,82**
Remuneração direta	326.156	6,67	269.062	6,77	13.417	1,65	6.631	1,42
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	136.039	2,78	117.811	2,96	12.346	1,52	10.808	2,32
FGTS	16.886	0,35	17.192	0,43	624	0,08	377	0,08
Programa de desligamento voluntário	21.491	0,44	-	-	908	0,11	-	-
Impostos, taxas e contribuições	**3.127.870**	**63,96**	**2.675.845**	**67,31**	**(19.346)**	**(2,38)**	**(17.544)**	**(3,76)**
Federais	1.600.601	32,73	1.416.111	35,62	(20.319)	(2,50)	(17.843)	(3,822)
Estaduais	1.521.528	31,11	1.254.322	31,55	434	0,05	95	0,02
Municipais	5.741	0,12	5.412	0,14	539	0,07	204	0,04
Remuneração de capitais de terceiros	**464.481**	**9,50**	**431.182**	**10,84**	**8.699**	**1,07**	**1.807**	**0,39**
Juros	462.693	9,46	407.298	10,24	9.665	1,19	894	0,19
Aluguéis	1.788	0,04	23.884	0,60	(966)	(0,12)	913	0,20
Remuneração de capitais próprios	**797.239**	**16,30**	**464.595**	**11,69**	**797.076**	**97,95**	**464.449**	**99,55**
Lucros retidos	797.076	16,30	464.449	11,69	797.076	97,95	464.449	99,55
Participação dos não-controladores nos Lucros retidos	163	-	146	-	-	-	-	-
	4.890.162	**100,00**	**3.975.687**	**100,00**	**813.724**	**100,00**	**466.528**	**100,00**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig", "Controladora" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa ("Bovespa") e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América ("NYSE") e da Espanha ("LATIBEX"). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - "CPC 21", que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa no 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias consolidadas devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 10 de maio de 2019.

2.2 Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotaram as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do CPC 06 /IFRS 16, não reapresentou as informações e saldos em base comparativa.

Durante 2018, a Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 com base nos seguintes contratos afetados:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas consideraram o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial sendo os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 apresentados a seguir:

	Consolidado	Controladora
Ativo - Direito de uso	342.450	19.844
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(342.450)	(19.844)

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 16/CPC 06 R2 no balanço patrimonial e na demonstração de resultados para o período findo em 31 de março de 2019:

	Consolidado			Controladora		
	31/03/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 R2	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 R2	31/03/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 R2	31/03/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 R2	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 R2	31/03/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 R2
Ativo circulante	**27.758.563**	**-**	**27.758.563**	**2.606.162**	**-**	**2.606.162**
Ativo não circulante	**32.129.809**	**325.255**	**32.455.064**	**14.675.538**	**17.482**	**14.693.020**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.146.163	1.065	2.147.228	831.494	55	831.549
Direito de uso - Arrendamento	-	324.190	324.190	-	17.427	17.427
Outros ativos não circulantes	29.983.646	-	29.983.646	13.844.044	-	13.844.044
Passivo circulante	**23.667.646**	**92.518**	**23.760.164**	**1.290.035**	**10.042**	**1.300.077**
Passivo de arrendamentos	**-**	92.518	92.518	-	10.042	10.042
Outros passivos circulantes	23.667.646	-	23.667.646	1.290.035	-	1.290.035
Passivo não circulante	**19.482.942**	**234.819**	**19.717.761**	**616.627**	**7.547**	**624.174**
Passivo de arrendamentos	**-**	**234.819**	234.819	-	7.547	7.547
Outros passivos não circulantes	19.482.942	-	19.482.942	616.627	-	616.627
Patrimônio líquido	**16.737.783**	**(2.081)**	**16.735.702**	**15.375.038**	**(107)**	**15.374.931**
Lucros Acumulados	804.485	(2.081)	802.404	802.511	(107)	802.404
Outras contas do Patrimônio Líquido	15.933.298	-	15.933.298	14.572.527	-	14.572.527

Demonstração do Resultado do Período	Consolidado			Controladora		
	Jan a Mar/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Jan a Mar/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Jan a Mar/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Jan a Mar/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE						
RECEITA LÍQUIDA	**5.913.178**	**-**	**5.913.178**	**2.737**	**-**	**2.737**
CUSTOS OPERACIONAIS	**(4.196.837)**	**(18.259)**	**(4.215.096)**	**-**	**-**	**-**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(559.473)**	**24.453**	**(535.020)**	**(56.466)**	**230**	**(56.236)**
Resultado de equivalência patrimonial	67.226	-	67.226	834.955	-	834.955
Resultado financeiro, líquido	(92.220)	(9.340)	(101.560)	(6.267)	(392)	(6.659)
Imposto de renda e contribuição social	(332.554)	1.065	(331.489)	22.224	55	22.279
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade	**799.320**	**(2.081)**	**797.239**	**797.183**	**(107)**	**797.076**

IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir da data de entrada em vigor.

A Companhia e suas controladas analisaram os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas controladas tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

2.3 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2018	31/03/2019	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	33	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Fundos Vinculados
12	11	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais
13	12	Depósitos Vinculados a Litígios
14	13	Reembolso de Subsídios Tarifários
15	14	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
16	15	Ativos de Contrato
17	16	Investimentos
18	17	Imobilizado
19	18	Intangível
-	19	Direito de Uso - Arrendamento
20	20	Fornecedores
21	21	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
22	22	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
23	23	Encargos Regulatórios
24	24	Obrigações Pós-Emprego
25	25	Provisões
26	26	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
27	27	Subsidiárias com Participações Significativas de Não Controladores
28	28	Receita
29	29	Custos e Despesas Operacionais
30	30	Receitas e Despesas Financeiras
31	31	Transações com Partes Relacionadas
32	32	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
33	34	Ativos e Passivos Classificados como Mantidos para Venda e Resultado de Operações Descontinuadas
37	35	Transações não Envolvendo Caixa
38	36	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2018 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
34	Seguros
35	Obrigações Contratuais
36	Reajuste Tarifário anual e Revisão Tarifária da Cemig D

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas, utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas e indiretas nas controladas, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/03/2019		31/12/2018	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Gasmig	Consolidação	99,57	-	99,57	-
Cemig Geração Distribuída (Usina Térmica Ipatinga)	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Efficientia	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Rio Minas Energia e Participações	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Light (1)	Consolidação	26,06	23,93	26,06	23,93
LightGer (2)	Consolidação	-	74,49	-	74,49
Guanhães (2)	Consolidação	-	74,49	-	74,49
Axxion (2)	Consolidação	49,00	25,49	49,00	25,49
UHE Itaocara (2)	Consolidação	-	74,49	-	74,49

(1) Em dezembro de 2018, a Cemig passou a ter o controle acionário da Light com o percentual de 49,99% e, desta forma, passou a consolidadr a Light em suas demonstrações financeiras. Conforme descrito na nota 34, o investimento mantido na Light foi classificado como ativo mantido para venda – operação descontinuada.

(2) Após assumir o controle da Light a Cemig passou a consolidar estas empresas em suas demonstrações financeiras por assumir o controle das mesmas por meio de suas participações direta e indiretas.

A composição das participações nas empresas que passaram a ser consolidadas a partir da aquisição do controle da Light são conforme segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/12/2018			
		Participação Direta (%)	Participação Indireta Via Cemig GT (%)	Participação Indireta Via Light (%)	Participação Total (%)
LightGer	Consolidação	-	49,00	25,49	74,49
Guanhães	Consolidação	-	49,00	25,49	74,49
Axxion	Consolidação	49,00	-	25,49	74,49
UHE Itaocara	Consolidação	-	49,00	25,49	74,49

Apesar da Cemig deter, de forma indireta, 87,25% das ações totais da Amazônia Energia Participações S.A., a mesma não foi consolidada nas informações contábeis intermediárias da Cemig. A Amazônia não possui operações e tem apenas um ativo relevante que é o investimento na Norte Energia S.A., investida na qual a Companhia detém controle compartilhado com outros acionistas.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm junto à ANEEL as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1) Salto Voltão (1) Salto Paraopeba (1) Salto do Passo Velho (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	07/2025 10/2030 10/2030 10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (4)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	Cemig GT	79/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (5)	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇAO DE GÁS (5)	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Light SESA	Light	06/1996	06/2026
Light Energia	Light	06/1996	06/2026
PCH Lajes	Light	07/2014	05/2026

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

(2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo a mesma classificada como ativo financeiro da concessão.

(3) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

(4) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, até o exercício de 2017, estavam dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, dentro do modelo de ativo financeiro. Entretanto, considerando a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2018, do CPC.47, com a análise das obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, esses ativos passaram a ser classificados como ativos de contrato.

(5) Referem-se a contratos de concessão que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura da concessão encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado entre ativo intangível e ativo financeiro, e em atendimento ao CPC 47 a infraestrutura em construção foi classificada como ativos de contrato. Em 14 de dezembro de 2018, por meio do Ofício SEDECTES/SMEL nº. 22/2018, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ("SEDECTES" ou "poder concedente") apresentou estudo, elaborado pela FGV, para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Gasmig embasado também em consulta efetuada à Advocacia Geral do Estado (AGE). O reequilíbrio pretendido pelo poder concedente, consiste na substituição da obrigação contratual de construção do gasoduto para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN) que seria construída pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, na região do Triângulo Mineiro, pelo pagamento de uma contraprestação ao Estado, a título de bônus de outorga, no valor estimado pela SEDECTES em R$852 milhões. Diante do estudo, a SEDECTES solicitou a manifestação da Gasmig e iniciou as tratativas para a solução do desequilíbrio apontado, considerando que a prorrogação do contrato de concessão, definida no segundo termo aditivo, permitindo a extensão do prazo de vigência do ano de 2023 para 2053, tinha como condição a execução dos investimentos para a construção do gasoduto.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Contas bancárias	43.892	107.516	4.349	7.602
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	658.988	555.008	7.424	21.534
Overnight (2)	93.561	228.280	3.691	25.194
	752.549	783.288	11.115	46.728
	796.441	**890.804**	**15.464**	**54.330**

(1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 75% a 106% em 31 de março de 2019 (40% a 106% em 31 de dezembro de 2018) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

(2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% em 31 de março de 2019 (6,39% em 31 de dezembro de 2018) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 32.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (1)	335.920	434.735	13.254	47.979
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (2)	161.353	253.868	6.366	28.018
Debêntures (3)	2.869	11.292	1.037	4.129
Outros	5.953	3.656	660	655
	506.095	**703.551**	**21.317**	**80.781**
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (4)	243	240	45	44
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (1)	85.745	108.443	2.905	10.647
	85.988	**108.683**	**2.950**	**10.691**
	592.083	**812.234**	**24.267**	**91.472**

(1) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 111,25% do CDI em 31 de março de 2019 (102% a 111,25% em 31 de dezembro 2018).

(2) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

(3) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151% do CDI em 31 de março 2019 (104,25% a 151% em 31 de dezembro de 2018).

(4) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual de 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), em 31 de março 2019 (80% em 31 de dezembro 2018), conforme operação.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 32.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

		Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos 91 até 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/03/2019	31/12/2018
Fornecimento de energia faturado	1.378.678	749.487	442.327	516.092	3.086.584	2.988.791
Fornecimento de energia não faturado	1.008.953	-	-	-	1.008.953	1.048.261
Suprimento a outras concessionárias	-	40.916	460	1.124	42.500	46.978
Suprimento a outras concessionárias não faturado	221.455	-	-	-	221.455	281.655
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	126.482	258.871	-	-	385.353	165.720
Concessionários – transporte de energia faturado	75.781	8.808	7.395	86.951	178.935	180.036
Concessionários – transporte de energia não faturado	225.668	-	-	-	225.668	212.338
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(190.987)	(20.508)	(24.656)	(555.911)	(792.062)	(751.168)
	2.846.030	**1.037.574**	**425.526**	**48.256**	**4.357.386**	**4.172.611**
Ativo Circulante					**4.268.352**	**4.091.722**
Ativo não Circulante					**89.034**	**80.889**

		Controladora				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos 91 até 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/03/2019	31/12/2018
Fornecimento faturado (serviços de telecomunicações)	112	16	3.639	21.305	25.072	25.843
Fornecimento não faturado	2.254	-	-	-	2.254	2.254
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.130)	(21.154)	(22.284)	(22.284)
	2.366	**16**	**2.509**	**151**	**5.042**	**5.813**
Ativo Circulante					**5.042**	**5.813**

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 32.

O ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	31/03/2019	31/12/2018
Residencial	142.087	136.866
Industrial	185.576	171.732
Comércio, serviços e outras	194.601	188.819
Rural	32.484	33.517
Poder público	139.027	119.571
Iluminação pública	3.066	5.615
Serviço público	27.507	27.318
Encargos de uso de rede - TUSD	67.714	67.730
	792.062	**751.168**

A movimentação do ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no primeiro trimestre é como segue:

Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**567.956**
Adoção inicial CPC 48	150.114
Constituições líquidas (nota 29 d)	76.183
Baixas	(68.078)
Saldo em 31 de março de 2018	**726.175**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**751.168**
Constituições líquidas – efeito no resultado (nota 29 d)	79.351
Baixas	(38.457)
Saldo em 31 de março de 2019	**792.062**

Adiantamentos de clientes

A Cemig GT e Cemig D receberam de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	**232.762**
Baixa	(59.510)
Atualização financeira (nota 30)	3.619
Saldo em 31 de março de 2018	**176.871**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**79.405**
Baixa	(48.030)
Atualização financeira (nota 30)	1.148
Saldo em 31 de março de 2019	**32.523**

Os adiantamentos serão atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Cemig GT e Cemig D nas condições a seguir:

31/03/2019					
Contraparte	**Período previsto para faturamento da energia**	**Índice de atualização dos valores antecipados**	**Quantidade de MwH a entregar**	**Saldo em 31/03/2019**	**Saldo em 31/12/2018**
White Martins Gases Industriais Ltda	Abril a jun/2019	124% do CDI	25.548	12.935	40.601
Ferroligas	Abril a jun/2019	136% do CDI	-	19.588	38.804
				32.523	**79.405**

A receita de venda de energia antecipada é reconhecida no resultado apenas quando ocorre a sua efetiva entrega, pois se entende que as obrigações de desempenho foram cumpridas.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**
Circulante				
ICMS a recuperar	85.552	79.956	2.778	2.778
PIS-PASEP	2.285	4.150	47	20
COFINS	9.438	21.463	233	125
Outros	17.915	18.614	98	97
	115.190	**124.183**	**3.156**	**3.020**
Não Circulante				
ICMS a recuperar	239.593	239.789	1.862	1.862
PIS-PASEP	3	3	3	3
COFINS	12	12	12	12
Outros	2.226	2.552	1.795	1.795
	241.834	**242.356**	**3.672**	**3.672**
	357.024	**366.539**	**6.828**	**6.692**

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após março de 2020.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de renda	231.112	252.756	18.883	36.023
Contribuição social	145.736	139.428	16.102	7.652
	376.848	**392.184**	**34.985**	**43.675**
Circulante	**371.881**	**386.668**	**33.085**	**41.274**
Não Circulante	**4.967**	**5.516**	**1.900**	**2.401**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	353.990	373.413	135.995	118.761
Provisões para contingências	204.688	217.908	21.919	21.829
Provisão para perda em investimentos	643.394	609.159	609.159	609.159
Provisões operacionais	424.071	455.437	897	1.732
Provisões PRL	25.540	24.586	2.591	1.418
Obrigações pós-emprego	1.495.879	1.476.519	166.099	163.399
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	313.122	278.897	8.161	8.161
Concessão onerosa	7.855	7.683	-	-
Outros	9.739	26.753	55	-
Total	**3.478.278**	**3.470.355**	**944.876**	**924.459**
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de captação	(22.909)	(25.254)	-	-
Custo atribuído	(237.079)	(239.092)	-	-
Valor justo de participações societárias	(495.594)	(501.311)	(111.810)	(113.673)
Encargos financeiros capitalizados	(169.109)	(167.454)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – lucro presumido	(1.141)	(4.715)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(795.626)	(804.077)	-	-
Ajuste a valor justo swap - Perda	(328.320)	(276.534)	-	-
Outros	(37.001)	(33.474)	(1.517)	(1.516)
Total	**(2.086.779)**	**(2.051.911)**	**(113.327)**	**(115.189)**
Total Líquido	**1.391.499**	**1.418.444**	**831.549**	**809.270**
Total do Ativo	**2.147.228**	**2.146.863**	**831.549**	**809.270**
Total do Passivo	**(755.729)**	**(728.419)**	**-**	**-**

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.136.539**	**762.683**
Efeitos alocados ao resultado	13.410	17.548
Efeitos alocados ao patrimônio líquido	68.586	-
Variações de tributos ativos e passivos diferidos apuração	(3.512)	(3.508)
Saldos em 31 de março de 2018	**1.215.023**	**776.723**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1.418.444**	**809.270**
Efeitos alocados ao resultado	(26.767)	22.279
Outros	(178)	-
Saldos em 31 de março de 2019	**1.391.499**	**831.549**

c) Conciliação da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social	**1.128.728**	**636.212**	**774.797**	**445.515**
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal (34%)	(383.768)	(216.312)	(263.431)	(151.475)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	21.934	17.737	286.010	170.069
Contribuições e Doações Indedutíveis	(763)	(369)	-	-
Incentivo Fiscal	12.563	3.191	-	-
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	27.253	27.210	-	-
Multas Indedutíveis	(7.939)	(4.006)	(4)	(6)
Outros	(769)	932	(296)	346
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	**(331.489)**	**(171.617)**	**22.279**	**18.934**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(304.722)**	**(185.026)**	**-**	**-**
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(26.767)**	**13.409**	**22.279**	**18.934**
	(331.489)	**(171.617)**	**22.279**	**18.934**
Alíquota efetiva	**29,37%**	**26,97%**	**2,88%**	**4,25%**

10. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R$88.177 (R$90.993 em 31 de dezembro de 2018), refere-se principalmente, a valor depositado em conta garantia pela Cemig GT referentes a garantias de contratos de compra de energia junto à Saesa, Eletronorte e Copel.

11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo efetuado relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizada em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD). O TRD previa pagamento em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a primeira parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplemento por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Considerando a previsão mencionada no parágrafo anterior, a Companhia fez a retenção em 28 de dezembro de 2018 do valor de R$7.597, correspondente aos dividendos que deveriam ser pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais naquela data.

Em 31 de março de 2019, o saldo a receber é de R$250.867 (R$245.566 em 31 de dezembro de 2018) reconhecidos no ativo não circulante, em decorrência dos atrasos nas parcelas vencidas desde janeiro de 2018. A Administração da Companhia entende que não incorrerá em perdas na realização desses recebíveis, tendo em vista, inclusive, as garantias mencionadas acima, que a Companhia pretende executar em caso de não recebimento do valor acordado no termo de reconhecimento de débitos.

12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Trabalhista	**328.299**	**334.685**	**39.969**	**41.015**
Fiscais				
Imposto de renda sob JCP	27.997	27.852	268	265
PASEP/COFINS (a)	1.411.142	1.402.117	-	-
ITCD	51.583	51.075	51.144	50.635
IPTU	74.476	86.906	56.407	69.242
INSS	48.272	48.272	46.118	46.118
PIS/COFINS	9.037	9.037	8.261	8261
FINSOCIAL	38.822	38.455	38.822	38.455
IR/INSS - indenização do anuênio (1)	276.723	274.871	13.289	13.200
IRRF sobre lucro inflacionário	8.463	8.438	8.463	8.437
CSLL (2)	18.062	18.062	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo imobilizado	38.365	38.193	-	-
Outros	55.534	59.862	11.167	11.037
	2.058.476	**2.063.140**	**233.939**	**245.650**
Outros				
Regulatório	43.882	52.701	21.068	29.565
Responsabilidade civil	9.552	9.328	3.577	3.568
Relações de consumo	6.099	6.132	1.099	987
Bloqueio judicial	14.017	12.394	3.858	4.148
Outros	22.513	23.132	1.247	1.412
	96.063	**103.687**	**30.849**	**39.680**
	2.482.838	**2.501.512**	**304.757**	**326.345**

(1) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 25 – Provisões (Indenização do Anuênio);
(2) Depósito judicial relativo ao processo que discute a autuação referente à tributação de CSLL dos valores das doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, das despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

a) Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS

Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base dessas contribuições. As controladas Cemig D e Cemig GT obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuarem a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos as controladas adotaram os seguintes procedimentos:

- A Cemig GT reverteu a provisão no montante de R$101.233, com efeito no lucro líquido do exercício de 2017, registrada como reversão de deduções à receita, no 4º trimestre daquele ano, remanescendo um depósito judicial no montante de R$202.409 em 31 de março de 2019 (R$201.211 em 31 de dezembro de 2018).

- A Cemig D, mantém depósito judicial de R$1.154.914 (R$1.148.604 em 31 de dezembro de 2018) e realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Mais detalhes nota explicativa nº 21.

13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 31 de março de 2019, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R$251.647 (R$225.493 em 31 de março de 2018). Deste valor, a Cemig D tem a receber R$164.940 (R$82.470 em 2018) e a Cemig GT R$4.237 (R$8.375 em 2018), reconhecidos no ativo circulante.

14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Ativos Financeiros da Concessão - consolidado	31/03/2019	31/12/2018
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (14.1)		
Concessões de distribuição	411.776	395.743
Indenização a receber – transmissão (14.2)	1.321.961	1.296.314
Indenizações a receber – geração (14.3)	816.202	816.202
Bonificação pela outorga – concessões de geração (14.4)	2.426.044	2.408.930
	4.975.983	**4.917.189**

Ativos Financeiros Setoriais – consolidado	31/03/2019	31/12/2018
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" CVA e outros componentes financeiros (14.5)	1.147.415	1.080.693
Total	**6.123.398**	**5.997.882**
Ativo Circulante	**1.325.308**	**1.070.384**
Ativo Não Circulante	**4.798.090**	**4.927.498**

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**2.475.838**	**4.237.892**	**369.762**	**7.083.492**
Adições	1.063	-	-	1.063
Recebimentos	(130.324)	(61.142)	-	(191.466)
Transferências entre Imobilizado/Ativo Financeiro/Intangível	-	-	5.250	5.250
Atualização financeira	52.768	99.071	792	152.631
Baixas	-	-	(46)	(46)
Saldos em 31 de março de 2018	**2.399.345**	**4.275.821**	**375.758**	**7.050.924**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1.296.314**	**3.225.132**	**395.743**	**4.917.189**
Recebimentos	(44.259)	(63.674)	-	(107.933)
Transferências entre imobilizado e ativos de contrato	44.082	-	10.147	54.229
Atualização financeira	25.824	80.788	6.040	112.652
Baixas	-	-	(154)	(154)
Saldos em 31 de março de 2019	**1.321.961**	**3.242.246**	**411.776**	**4.975.983**

14.1 Distribuição - Ativos Financeiros Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao custo amortizado conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

14.2 Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL homologou o valor de R$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 31 de março de 2019, no montante de R$1.321.961 (R$1.296.314 em 31 de dezembro de 2018) é classificado como ativo financeiro, pelo custo amortizado de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R$904.700 (R$936.945 em 31 de dezembro de 2018) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP, desde julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13 - RBSE.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R$417.261 em 31 de março de 2019 (R$359.369 em 31 de dezembro de 2018), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 31 de março de 2019.

14.3 Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, com o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, a controlada passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no Contrato de Concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, estão reconhecidos no Ativo Financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R$816.202 em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda (1)	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguara (1)	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão (1)	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	**203.545**	**816.202**

(1) Os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda, nos valores de R$174.203, R$2.711 e R$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da controlada, Cemig GT, não espera perdas na realização desses valores.

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

14.4 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	43.660	(34.212)	1.379.348
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	13.764	(10.789)	432.885
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	5.787	(4.587)	161.801
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	4.311	(3.415)	121.348
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	6.018	(4.805)	158.430
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	4.510	(3.648)	107.559
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	64.153	2.738	(2.218)	64.673
Total		**2.408.930**	**80.788**	**(63.674)**	**2.426.044**

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	44.361	(32.851)	1.341.644
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	13.981	(10.360)	421.014
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	5.837	(4.405)	157.026
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	4.350	(3.279)	117.781
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	6.050	(4.614)	153.606
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	4.509	(3.503)	104.139
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	2.738	(2.130)	62.609
Total		**2.337.135**	**81.826**	**(61.142)**	**2.357.819**

A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Ativos e Passivos Setoriais da Concessão

14.5 Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/03/2019			31/12/2018		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	**425.438**	**3.127.882**	**3.553.320**	**1.184.458**	**2.545.994**	**3.730.452**
Ativo circulante	425.438	2.485.861	2.911.299	1.184.458	1.505.264	2.689.722
Ativo não circulante	-	642.021	642.021	-	1.040.730	1.040.730
Passivo	**(422.770)**	**(1.983.135)**	**(2.405.905)**	**(1.140.507)**	**(1.509.252)**	**(2.649.759)**
Passivo circulante	(422.770)	(1.590.610)	(2.013.380)	(1.140.507)	(902.341)	(2.042.848)
Passivo não circulante		(392.525)	(392.525)	-	(606.911)	(606.911)
Total circulante líquido	2.668	895.251	897.919	43.951	602.923	646.874
Total não circulante líquido	-	249.496	249.496	-	433.819	433.819
Total líquido	**2.668**	**1.144.747**	**1.147.415**	**43.951**	**1.036.742**	**1.080.693**

Componentes Financeiros	31/03/2019			31/12/2018		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	1.852	237.113	238.965	1.172	220.016	221.188
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	9.162	(16.425)	(7.263)	24.263	(5.577)	18.686
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	876	21.006	21.882	2.266	15.580	17.846
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	1.043	20.737	21.780	3.106	5.154	8.260
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(82.272)	(389.249)	(471.521)	(246.181)	(287.474)	(533.655)
Energia elétrica comprada para revenda (1)	232.014	1.662.133	1.894.147	667.149	1.401.917	2.069.066
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	(81.622)	42.829	(38.793)	(204.056)	(12.920)	(216.976)
Neutralidade da parcela A	21.047	(61.049)	(40.002)	53.008	(14.883)	38.125
Outros itens financeiros	(94.385)	(285.499)	(379.884)	(235.964)	(211.525)	(447.489)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(101)	(101)	-	(11.215)	(11.215)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(5.047)	(86.748)	(91.795)	(20.812)	(62.331)	(83.143)
TOTAL	**2.668**	**1.144.747**	**1.147.415**	**43.951**	**1.036.742**	**1.080.693**

(1) O montante de CVA Energia constituída em 2018 após a Revisão Tarifária, para inclusão no reajuste de 2019, se deve principalmente ao aumento das despesas com compra de energia e cobertura do risco hidrológico, tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado atacadista e a operação das usinas termelétricas, em função do baixo nível dos reservatórios.

(2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(45.790)**
Constituição líquida de ativos financeiros	178.444
Realização	262.712
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(153.267)
Atualização Selic (nota 30)	447
Saldo em 31 de março de 2018	**242.546**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.080.693**
Constituição líquida de ativos financeiros	167.230
Realização	(46.880)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(74.534)
Atualização Selic (nota 30)	20.906
Saldo em 31 de março de 2019	**1.147.415**

Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias ("CCRBT" ou "Conta Bandeira") destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a março de 2019, os repasses da conta bandeira totalizaram R$54.533 (R$153.267 de janeiro a março de 2018) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

15. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de março de 2019:

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Distribuição – ativos de infraestrutura em construção	533.690	518.162
Gás – ativos de infraestrutura em construção	85.079	81.475
Transmissão – ativos de indenização incorporados a base de remuneração de ativos	428.104	492.405
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	664.840	636.905
	1.711.713	**1.728.947**
Circulante	**131.085**	**130.951**
Não Circulante	**1.580.628**	**1.597.996**

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.129.310**	**518.162**	**81.475**	**1.728.947**
Adições	28.087	153.482	9.091	190.660
Atualização financeira	6.675	-	-	6.675
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	5.596	-	-	5.596
Recebimentos	(31.643)	-	-	(31.643)
Baixa	(926)	-	(536)	(1.462)
Transferências para o ativo financeiro	(44.082)	(10.147)	-	(54.229)
Transferências para o ativo intangível	-	(127.807)	(4.951)	(132.758)
Transferências para o Imobilizado	(73)	-	-	(73)
Saldo em 31 de março de 2019	**1.092.944**	**533.690**	**85.079**	**1.711.713**

Dentre as adições realizadas no período findo em 31 de março de 2019, está contemplado R$10.232 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22.

Atividades de Distribuição de energia elétrica e Gás

Os ativos vinculados a infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Cemig D e Gasmig de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada a construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de Transmissão

Os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos de contrato, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela construção, operação, manutenção e disponibilidade das linhas de transmissão. Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP - O saldo remanescente da indenização de transmissão em função da adesão aos termos da Lei 12.783/13 no montante de R$428.104 em 31 de março de 2019 (R$492.405 em 31 de dezembro de 2018) foi incorporado à Base de remuneração de ativos e está sendo recuperado via RAP.

Transmissão – Ativos remunerados por tarifa - Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de março de 2019, o saldo a receber é de R$664.840 (R$636.905 em 31 de dezembro de 2018, antes classificado como ativo financeiro).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

16. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	5.643.703	5.064.127
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	51.793	49.213	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	30.589	30.629	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	174.119	170.720	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	662.381	663.755	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	263.183	270.090	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	464.201	470.022	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	167.039	162.224	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.254.488	1.216.860	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	1.011.395	1.012.635	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	4.830.712	4.642.358
TAESA	Controlada em conjunto	1.176.050	1.143.189	1.176.050	1.143.189
Ativas Data Center	Coligada	16.344	16.509	16.344	16.509
Gasmig	Controlada	-	-	1.472.482	1.439.005
Cemig Geração Distribuída	Controlada	-	-	11.395	2.741
LEPSA (2)	Controlada	-	-	5.185	5.099
RME (1/2)	Controlada	-	-	47.300	47.155
Efficientia	Controlada	-	-	17.522	17.532
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	Coligada	9.082	9.042	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada em conjunto	21.140	19.690	21.140	19.690
Axxiom Soluções Tecnológicas	Controlada	-	-	8.301	8.301
Cemig Overseas	Controlada	-	-	35	-
Total do Investimento		**5.301.804**	**5.234.578**	**13.250.169**	**12.405.706**

(1) Em 30 de novembro de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da RME, passando, então, a consolidar as informações financeiras desta controlada, cujo único ativo constitui-se de participação no capital da Light. Desta forma, a Companhia deixa de apresentar em suas informações contábeis intermediárias consolidadas o investimento anteriormente detido na RME, passando a apresentar somente a participação detida na Light.

(2) Conforme mencionado na nota 36, em 24 de abril de 2019 essas controladas foram incorporadas pela Companhia.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção das participações na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Controladora						
Investidas	**31/12/2017**	**Amortização**	**31/03/2018**	**31/12/2018**	**Amortização**	**31/03/2019**
Cemig Geração e Transmissão	**688.612**	**(9.663)**	**678.949**	**726.170**	**(14.877)**	**711.293**
Retiro Baixo	28.344	(296)	28.048	31.966	(347)	31.619
Central Eólica Praias de Parajuru (1)	16.503	(354)	16.149	66.286	(1.554)	64.732
Central Eólica Volta do Rio (1)	11.035	(218)	10.817	95.819	(2.053)	93.766
Central Eólica Praias de Morgado (1)	23.956	(486)	23.470	-	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) (2)	151.384	(1.489)	149.895	18.000	(184)	17.816
LIghtger (4)	-	-	-	83.990	(3.919)	80.071
Aliança Geração	402.844	(6.327)	396.517	377.534	(6.327)	371.207
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	54.546	(493)	54.053	52.575	(493)	52.082
TAESA	188.745	(2.330)	186.415	179.424	(2.330)	177.094
Light (4)	186.437	(5.590)	180.847	-	-	-
Gasmig	457.273	(3.814)	453.459	442.016	(3.814)	438.202
RME (3)	43.365	(1.266)	42.099	-	-	-
TOTAL GERAL	**1.564.432**	**(22.663)**	**1.541.769**	**1.347.610**	**(21.021)**	**1.326.589**

(1) Movimentações decorrentes da combinação de negócios entre a controlada Cemig GT e a Energimp;

(2) Em virtude de resultado de análise de indicativo e testes de *impairment*, considerando-se os prejuízos recorrentes apresentados pela investida, reconheceu-se provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira, de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2018, utilizando-se como taxa de desconto o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), nominal, de 9,59%. A provisão está apresentada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 como "ajuste referente à desvalorização em investimentos";

(3) Baixa decorrente da aquisição da totalidade das ações da RME pela Companhia;

(4) Movimentação em razão da remensuração da participação detida antes da aquisição de controle da Light.

Consolidado						
Investidas	**31/12/2017**	**Amortização**	**31/03/2018**	**31/12/2018**	**Amortização**	**31/03/2019**
Cemig Geração e Transmissão	**688.612**	**(9.663)**	**678.949**	**480.075**	**(7.351)**	**472.724**
Retiro Baixo	28.344	(296)	28.048	31.966	(347)	31.619
Central Eólica Praias de Parajuru	16.503	(354)	16.149	-	-	-
Central Eólica Volta do Rio	11.035	(218)	10.817	-	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	23.956	(486)	23.470	-	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	151.384	(1.489)	149.895	18.000	(184)	17.816
Aliança Geração	402.844	(6.327)	396.517	377.534	(6.327)	371.207
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	54.546	(493)	54.053	52.575	(493)	52.082
TAESA	188.745	(2.330)	186.415	179.424	(2.330)	177.094
Light	186.437	(5.590)	180.847	-	-	-
RME	43.365	(1.266)	42.099	-	-	-
TOTAL GERAL	**1.107.159**	**(18.849)**	**1.088.310**	**659.499**	**(9.681)**	**649.818**

A movimentação dos Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, é como segue:

CONTROLADORA					
Investidas	**31/12/2018**	**Equivalência Patrimonial (Resultado)**	**Aportes/ Aquisição**	**Outros**	**31/03/2019**
Cemig Geração e Transmissão	5.064.127	579.576	-	-	5.643.703
Cemig Distribuição	4.642.358	188.354	-	-	4.830.712
Ativas Data Center	16.509	(165)	-	-	16.344
Gasmig	1.439.005	34.341	-	(864)	1.472.482
Cemig Geração Distribuída	2.741	(1.683)	10.337	-	11.395
LEPSA	5.099	86	-	-	5.185
RME	47.155	145	-	-	47.300
Efficientia	17.532	(10)	-	-	17.522
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.690	1.450	-	-	21.140
Axxiom Soluções Tecnológicas	8.301	-	-	-	8.301
Taesa	1.143.189	32.861	-	-	1.176.050
Cemig Overseas	-	-	-	35	35
	12.405.706	**834.955**	**10.337**	**(829)**	**13.250.169**

CONSOLIDADO			
Investidas	**31/12/2018**	**Equivalência Patrimonial (Resultado)**	**31/03/2019**
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.690	1.450	21.140
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	2.580	51.793
Hidrelétrica Pipoca	30.629	(40)	30.589
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	270.090	(6.907)	263.183
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	470.022	(5.821)	464.201
Baguari Energia	162.224	4.815	167.039
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	1.012.635	(1.240)	1.011.395
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	663.755	(1.374)	662.381
Ativas Data Center	16.509	(165)	16.344
Taesa	1.143.189	32.861	1.176.050
Aliança Geração	1.216.860	37.628	1.254.488
Retiro Baixo	170.720	3.399	174.119
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.042	40	9.082
Total do Investimento	**5.234.578**	**67.226**	**5.301.804**

CONTROLADORA							
Investidas	**31/12/2017**	**Equivalência Patrimonial (Resultado)**	**Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)**	**Dividendos**	**Aportes**	**Outros**	**31/03/2018**
Cemig Geração e Transmissão	4.793.832	247.279	-	-	-	-	5.041.111
Cemig Distribuição (2)	3.737.310	65.722	-	-	420.000	(99.076)	4.123.956
Cemig Telecom (1)	247.313	4.778	(416)	-	-	(251.675)	-
Ativas Data Center (1)	-	-	-	-	-	17.116	17.116
Rosal Energia	106.897	7.123	17.547	-	-	-	131.567
Sá Carvalho	102.536	10.766	-	-	-	-	113.302
Gasmig	1.418.271	30.023	-	(23.226)	-	-	1.425.068
Horizontes Energia	53.165	7.524	-	-	-	-	60.689
Usina Térmica Ipatinga	4.932	53	-	-	-	-	4.985
Cemig PCH	96.944	9.605	-	-	-	-	106.549
LEPSA (2)	455.861	11.914	(6)	(3.463)	-	(22.077)	442.229
RME (2)	383.233	7.479	(5)	(1.200)	-	(16.560)	372.947
UTE Barreiro	17.982	148	-	-	-	-	18.130
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	18.403	13.000	-	-	-	-	31.403
Efficientia	7.084	364	-	-	-	-	7.448
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	2.004	115	-	-	-	-	2.119
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	1.394	-	(1.201)	-	-	20.777
Light (2)	1.083.140	24.156	(13)	(7.689)	-	(44.134)	1.055.460
Cemig Trading	29.206	13.179	-	-	-	-	42.385
Axxiom Soluções Tecnológicas	11.866	(1.802)	-	-	-	-	10.064
Taesa	1.101.462	45.550	-	-	-	-	1.147.012
Cemig Overseas	158	-	-	-	16	-	174
	13.692.183	**498.370**	**17.107**	**(36.779)**	**420.016**	**(416.406)**	**14.174.491**

(1) A movimentação incluída na coluna de "Outros" decorre da incorporação da Cemig Telecom em março/2018;
(2) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre dos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período;

CONSOLIDADO							
Investidas	**31/12/2017**	**Equivalência Patrimonial (Resultado)**	**Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)**	**Dividendos**	**Aportes / Aquisições**	**Outros**	**31/03/2018**
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	1.394	-	(1.201)	-	-	20.777
Light (1)	1.534.294	36.244	(13)	(11.532)	-	(66.210)	1.492.783
Axxiom Soluções Tecnológicas	11.866	(1.802)	-	-	-	-	10.064
RME (1)	383.233	7.479	(5)	(1.200)	-	(16.560)	372.947
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	2.713	-	(12.913)	-	-	47.757
Guanhães Energia	25.018	(145)	-	-	17.975	-	42.848
Hidrelétrica Pipoca	26.023	2.859	-	(396)	-	-	28.486
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	534.761	(26.476)	-	-	-	-	508.285
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	582.504	(23.014)	-	-	-	-	559.490
Lightger	40.832	2.025	-	(445)	-	-	42.412
Baguari Energia	148.422	10.153	-	-	-	-	158.575
Central Eólica Praias de Parajuru	60.101	(1.750)	-	-	-	-	58.351
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(6.315)	-	-	-	-	61.410
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(1.743)	-	-	-	-	48.826
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	866.554	10.821	-	-	38.316	-	915.691
Ativas Data Center	17.450	(763)	-	-	-	429	17.116
Taesa	1.101.462	45.552	-	-	-	-	1.147.014
Renova	282.524	(41.316)	-	-	-	-	241.208
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(191)	-	-	2.896	-	6.404
Aliança Geração	1.242.170	29.976	-	-	-	-	1.272.146
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	576.704	7.492	-	-	23.122	-	607.318
Retiro Baixo	157.773	3.681	-	-	-	-	161.454
Total do Investimento	**7.792.225**	**56.874**	**(18)**	**(27.687)**	**82.309**	**(82.341)**	**7.821.362**

(1) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre dos os impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período.

b) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de Ações	31/03/2019			31/12/2018		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.600.000	5.563.354	100,00	2.600.000	4.980.136
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	4.575.704	15,51	10.619.786	4.656.593
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	105.700	49,00	35.000	100.434
Guanhães Energia	516.087.600	49,00	516.088	260.533	49,00	396.402	228.242
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	62.426	49,00	41.360	62.509
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	240.733	69,39	186.573	233.793
Central Eólica Praias de Parajuru	71.834.843	100,00	71.835	81.991	100,00	71.835	79.594
Central Eólica Volta do Rio	138.867.440	100,00	138.867	87.093	100,00	138.867	84.355
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	92.576	49,00	79.232	86.105
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.437.698.407	49,00	1.206.127	1.245.508	49,00	1.206.127	1.247.307
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.427.723	74,50	1.322.428	1.357.577	74,50	1.322.428	1.359.243
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	1.955.583	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	285.571	49,90	222.850	278.065
Renova (1)	41.719.724	36,23	2.919.019	(257.563)	36,23	2.919.019	(76.489)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	22.165.114	49,00	22.165	10.169	49,00	22.165	10.470
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	21	100,00	306	36
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.440.115	100,00	1.291.423	1.395.614
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	456.711	100,00	405.268	440.083
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	190.158	100,00	151.309	178.544
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	139.898	100,00	113.499	131.570
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	188.454	100,00	148.147	176.424
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	128.848	100,00	100.569	120.686
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	74.520	100,00	60.595	69.898
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	137.245	100,00	46.944	124.897
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	107.259	100,00	36.833	94.447
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	58.646	100,00	39.258	54.953
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	95.417	100,00	45.952	92.987
Usina Termelétrica do Barreiro S.A.	16.902.000	100,00	16.902	18.565	100,00	16.902	18.406
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	40.272	100,00	486	26.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	1.000.000	100,00	1.000	3.104	100,00	1.000	2.841
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	42.511	100,00	1.000	28.135
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.771.998	4.830.712	100,00	2.771.998	4.642.358
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.553.711	26,06	2.225.821	3.389.492
TAESA	1.033.496.721	21,68	3.042.034	4.731.633	21,68	3.042.034	4.572.051
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	83.392	19,60	182.063	84.232
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.038.745	99,57	665.429	1.001.294
Cemig Geração Distribuída	174.281	100,00	174	11.395	100,00	174	2.741
LEPSA	1.379.839.905	100,00	406.341	446.894	100,00	406.341	446.591
RME	1.365.421.406	100,00	403.040	425.431	100,00	403.040	423.228
Efficientia	15.121.845	100,00	15.122	17.522	100,00	15.122	17.532
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	41.453	51,00	28.000	38.608
Axxiom Soluções Tecnológicas	46.600.000	49,00	46.600	14.050	49,00	46.600	16.943

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Madeira Energia S.A. ("MESA") e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A ("SAESA"), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia, com participação direta de 8,54%.

Continuidade operacional

No período findo em 31 de março de 2019, a MESA apresentou prejuízo de R$80.888 e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R$383.234, decorrente, principalmente, de "Fornecedores", "Adiantamento de clientes" e "Debêntures". Adicionalmente, a empresa apresenta prejuízos acumulados no montante de R$6.044 milhões. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa. Visando garantir a sua liquidez, a MESA dispõe do suporte financeiro de seus acionistas, nos termos do instrumento firmado para esta finalidade (Equity Support Agreement).

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), no valor de aproximadamente R$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Comerce ("ICC"), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Renova Energia S.A. ("Renova")

Continuidade operacional

No período findo em 31 de março de 2019, a Renova apresentou prejuízo de R$182.286, prejuízos acumulados de R$3.233.173, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes consolidados no montante de R$655.207, patrimônio líquido negativo de R$258.775, margem bruta negativa e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos, inclusive de construção dos parques eólicos e solares.

Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova em 31 de março de 2019.

Diante deste cenário, a investida em conjunto com seus acionistas, incluindo a Companhia, aprovaram um Plano de Restruturação Societária e Financeira com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos, incluindo a aprovação da proposta vinculante da AES Tietê Energia S.A. para a compra de parques eólicos da investida, o reperfilamento dos valores devidos a partes relacionadas, incluindo a Companhia, e a renegociação de dívida com credores financeiros. A Administração da Companhia e a Administração da investida entendem que, com o sucesso das medidas aprovadas, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Contudo, em face do patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a investida.

A continuidade operacional da Renova depende do sucesso da implementação das medidas acima, da continuidade do fluxo de dividendos de suas investidas, bem como da obtenção de rescursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Negociações Alto Sertão III

Em 9 de abril de 2019, foi assinado, pela Renova, contrato de compra e venda de ações ("CCVA") referente à operação de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III para a AES Tietê Energia S.A., subdividido em Fases A e B, por, respectivamente, R$350 milhões e R$90 milhões, além de uma opção de compra de projetos eólicos em desenvolvimento, por até R$ 76 milhões. A operação está sujeita a: (i) eventual acréscimo de valor sob a forma de *earn-out*, caso o desempenho dos ventos da Fase A exceda a referência assumida na negociação; (ii) equacionamento das dívidas com credores do projeto, sendo que a AES Tietê assumirá a dívida financeira estimada em R$988 milhões, majoritariamente com o BNDES, e (iii) redução no valor de aquisição da Fase A de R$20 milhões/mês pro rata die, em favor do comprador devido ao atraso no fechamento da operação originalmente prevista para 2 de maio de 2019.

A conclusão da transação está sujeita à negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas, que deverão contemplar, dentre outras disposições, o cumprimento de condições precedentes e a obtenção das aprovações necessárias para a sua conclusão.

Celebração de Contrato para Aquisição de Participação na Renova e Realização de OPA

Em 21 de março de 2019, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações referente à aquisição, pela Cemig GT e Light Energia S.A. ("Light Energia"), de até 7.282.036 ações de emissão da Renova de titularidade da CG I Fundo de Investimento em Participações ("CG I") e de certas pessoas a ele relacionadas. Dentre as ações a serem adquiridas de CG I incluem-se as ações hoje vinculadas ao Acordo de Acionistas da Renova, celebrado em 19 de dezembro de 2014.

As ações da CG I serão adquiridas na proporção de 67,85% pela Cemig GT e 32,15% pela Light Energia e, como contrapartida, a CG I receberá títulos de valor mobiliário subscritos pela Light Energia e pela Cemig GT observada a proporção acima, que correspondam ao valor nominal de R$14,68 por ação de emissão da Renova, ordinária ou preferencial que estará sujeita a ajustes decorrentes, entre outros: (i) dos custos incorridos para regularização fundiária da Renova; e (ii) da materialização de certas contingências até a data de fechamento da transação.

O Contrato também prevê que certas ações ordinárias de titularidade da CG I serão convertidas em ações preferenciais para que a Cemig GT possa formar units da Renova nos termos previstos no artigo 54 do Estatuto Social da Renova. Em razão disso, após o fechamento, a Cemig GT será titular de 50% ou menos das ações ordinárias de emissão da Renova. Em 24 de abril de 2019, a Cemig GT recebeu manifestação do BNDES Participações sobre o exercício do direito de venda conjunta ("tag along") da totalidade de sua participação, correspondente a 696.683 units representativas de 5,01% do capital social da Renova, conforme previsto no Acordo de Acionistas.

O fechamento da aquisição de ações está sujeito ao cumprimento das condições usuais deste tipo de transação e ao fechamento dos atos da reestruturação financeira da Renova.

Além disso, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, condicionado ao Fechamento da Aquisição das Ações, a realização por Cemig GT e por Light Energia de oferta pública de aquisição das ações em circulação de emissão da Renova, em data a ser oportunamente anunciada, em que será oferecido aos acionistas da Renova tratamento igualitário àquele conferido à CG I.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo de R$3.092.856 em 31 de março de 2019. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e consequente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à ANEEL que, "até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte". A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de março de 2019 é de R$1.800.000.

Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais

A Cemig manifestou, em 20 de dezembro de 2018, à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras ("Eletrobras"), interesse em exercer o seu direito de preferência na aquisição da participação societária detida pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras na Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais S.A. – Centroeste ("Centroeste"), objeto do Leilão Eletrobras 01/2018, Lote P, realizado em 27 de setembro de 2018.

Conforme oficialmente divulgado pela Eletrobras, em 22 de outubro de 2018, o lance vencedor foi no montante de R$43.169, valor esse que tem como referência a data base de 31 de dezembro de 2017.

Em 15 de janeiro de 2019, a Cemig tomou conhecimento da homologação pela Eletrobras do objeto do Leilão Eletrobras nº 01/2018, referente ao exercício do direito de preferência, pela Companhia, na aquisição da participação societária na Centroeste, cuja conclusão se dará no exercício de 2019.

c) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. ("NESA") – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a "Operação Buona Fortuna", em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna independente adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequados e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Madeira Energia S.A ("MESA")

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência efetuados por terceiros que venham a ser firmados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequados e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Renova Energia S.A. ("Renova")

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Cemig GT e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente. Adicionalmente, foi constituído, na Renova, um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, pelo presidente do Conselho Fiscal e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharão a investigação interna.

Neste contexto, o escopo da investigação interna independente compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo a legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, do Código de ética e políticas de integridade da Renova.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4º fase da operação "Descarte", a Polícia Federal, Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação "E o Vento Levou", que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços no âmbito dessa investida em períodos anteriores a 2015. As investigações da operação "E o Vento Levou" ainda estão em andamento e conforme Comunicado ao Mercado publicado em 11 de abril de 2019, a Renova está em total colaboração com as autoridades no tocante a essas investigações.

Embora exista evidência de deficiências de controles internos relacionados com certos pagamentos e arquivamento de documentação suporte de serviços prestados por terceiros, procedimentos adicionais estão sendo requeridos para determinar a existência de elementos que embasariam os itens sob investigação. Como resultado, nenhum efeito das investigações foi registrado nas informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019 da Renova ou da Companhia.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia na Guanhães e na MESA. Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente está sendo supervisionada por Comitê Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança.

Em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

A primeira fase da investigação interna e independente da Companhia foi concluída e o relatório foi entregue em 13 de maio de 2019. Considerando o atual estágio e resultados preliminares dessa primeira fase das investigações internas, nenhum efeito foi registrado nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 31 de março de 2019.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e colaborará com as autoridades nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

17. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	231.223	(16.805)	214.418	231.223	(16.174)	215.049
Reservatórios, barragens e adutoras	3.282.586	(2.150.764)	1.131.822	3.282.178	(2.131.683)	1.150.495
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.114.865	(805.098)	309.767	1.114.229	(800.430)	313.799
Máquinas e equipamentos	2.776.496	(1.932.445)	844.051	2.772.738	(1.918.442)	854.296
Veículos	31.747	(27.603)	4.144	31.747	(27.222)	4.525
Móveis e utensílios	16.377	(12.761)	3.616	16.385	(12.718)	3.667
	7.453.294	**(4.945.476)**	**2.507.818**	**7.448.500**	**(4.906.669)**	**2.541.831**
Em curso						
Ativos em curso	119.438	-	119.438	119.754	-	119.754
Imobilizado líquido	**7.572.732**	**(4.945.476)**	**2.627.256**	**7.568.254**	**(4.906.669)**	**2.661.585**

Controladora	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	408	(297)	111	408	(297)	111
Máquinas e equipamentos	5.840	(4.730)	1.110	5.840	(4.627)	1.213
Móveis e utensílios	2.238	(1.880)	358	2.238	(1.878)	360
	8.568	(6.907)	1.661	**8.568**	**(6.802)**	**1.766**
Em curso						
Ativos em curso	484	-	484	484	-	484
Imobilizado líquido - controladora	9.052	(6.907)	2.145	**9.052**	**(6.802)**	**2.250**

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/03/2019
Em serviço						
Terrenos (1)	215.049	-	-	(631)	-	214.418
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	-	(20.324)	1.651	1.131.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.799	-	-	(4.668)	636	309.767
Máquinas e equipamentos	854.296	-	(722)	(13.721)	4.198	844.051
Veículos	4.525	-	-	(381)	-	4.144
Móveis e utensílios	3.667	-	-	(80)	29	3.616
	2.541.831	**-**	**(722)**	**(39.805)**	**6.514**	**2.507.818**
Em curso	119.754	6.125	-	-	(6.441)	119.438
Imobilizado líquido	**2.661.585**	**6.125**	**(722)**	**(39.805)**	**73**	**2.627.256**

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/03/2018
Em Serviço						
Terrenos (1)	211.272	-	-	(623)	-	210.649
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.233.576	-	-	(20.382)	3	1.213.197
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	331.362	-	-	(4.680)	449	327.131
Máquinas e Equipamentos	873.551	-	(52)	(22.295)	18.950	870.154
Veículos	3.105	-	-	(280)	-	2.825
Móveis e Utensílios	3.395	-	-	(86)	-	3.309
	2.656.261	**-**	**(52)**	**(48.346)**	**19.402**	**2.627.265**
Em Curso	106.049	**12.398**			(20.000)	98.447
Imobilizado Líquido	**2.762.310**	**12.398**	**(52)**	**(48.346)**	**(598)**	**2.725.712**

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Depreciação	Saldo em 31/03/2019
Em serviço			
Terrenos	82	-	82
Edificações, obras civis e Benfeitorias	111	-	111
Máquinas e equipamentos	1.213	(103)	1.110
Móveis e utensílios	360	(2)	358
	1.766	**(105)**	**1.661**
Em curso	484	-	484
Imobilizado líquido - controladora	**2.250**	**(105)**	**2.145**

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,72% para primeiro trimestre de 2019.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

18. INTANGÍVEIS

A composição do saldo em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Consolidado	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	11.749	(2.832)	8.917	11.749	(2.664)	9.085
Concessão onerosa	19.169	(12.100)	7.069	19.169	(11.930)	7.239
Ativos de Concessão	18.797.654	(8.147.190)	10.650.464	18.674.138	(7.994.650)	10.679.488
Outros	85.267	(67.278)	17.989	84.868	(66.071)	18.797
	18.913.839	**(8.229.400)**	**10.684.439**	**18.789.924**	**(8.075.315)**	**10.714.609**
Em curso	**56.504**	-	**56.504**	**62.582**	-	**62.582**
Intangível líquido	**18.970.343**	**(8.229.400)**	**10.740.943**	**18.852.506**	**(8.075.315)**	**10.777.191**

Controladora	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	14.880	(9.363)	5.517	14.880	(8.946)	5.934
Marcas e patentes	8	(8)	-	8	(8)	-
Outros	231	(73)	158	231	(73)	158
	15.119	**(9.444)**	**5.675**	**15.119**	**(9.027)**	**6.092**
Em curso	**33**	-	**33**	**33**	-	**33**
Intangível líquido	**15.152**	**(9.444)**	**5.708**	**15.152**	**(9.027)**	**6.125**

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Amortização	Transfe-rência	Saldo em 31/03/2019
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.085	-	-	(168)	-	8.917
Concessão onerosa	7.239	-	-	(170)	-	7.069
Ativos de concessão	10.679.488	-	(3.319)	(171.309)	145.604	10.650.464
Outros	18.797	-	-	(1.184)	376	17.989
	10.714.609	**-**	**(3.319)**	**(172.831)**	**145.980**	**10.684.439**
Em curso	62.582	7.144	-	-	(13.222)	56.504
Intangível Líquido - Consolidado	**10.777.191**	**7.144**	**(3.319)**	**(172.831)**	**132.758**	**10.740.943**

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/03/2018
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	9.759	-	-	(168)	-	9.591
Concessão Onerosa	7.918	-	-	(170)	-	7.748
Direitos de exploração	10.435.391	(1.486)	(351)	(163.043)	122.345	10.392.856
Outros	17.188	909	4.043	(1.264)	598	21.474
	10.470.256	**(577)**	**3.692**	**(164.645)**	**122.943**	**10.431.669**
Em Curso	685.672	182.556	(4.522)	-	(127.595)	736.111
Intangível Líquido - Consolidado	**11.155.928**	**181.979**	**(830)**	**(164.645)**	**(4.652)**	**11.167.780**

(1) O saldo residual das transferências, referem-se a saldos transferidos para o ativo financeiro.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Amortização	Saldo em 31/03/2019
Em serviço			
Com vida útil definida			
Direito de uso de softwares	5.934	(417)	5.517
Outros	158	-	158
	6.092	**(417)**	**5.675**
Em curso	**33**	**-**	**33**
Intangível líquido	**6.125**	**(417)**	**5.708**

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados a infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Ativos de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos. Dentre as adições realizadas no período findo em 31 de março de 2019, está contemplado R$854 (R$8.272 em 31 de março de 2018) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos por parte da Administração e refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos. A taxa de amortização média anual é de 4,12%.

19. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos desta norma, não reapresentaram informações e saldos em base comparativa e consideraram o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamentos na data de adoção inicial.

A Companhia e suas controladas avaliaram os seus contratos e reconheceram um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de janeiro a março de 2019 foram imateriais.

a) Direito de Uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	01/01/2019	31/03/2019	01/01/2019
Imóveis	229.774	238.482	17.427	19.844
Veículos	94.082	103.557	-	-
Outros	334	411	-	-
	324.190	**342.450**	**17.427**	**19.844**

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	238.482	103.557	411	342.450
Amortização	(8.708)	(9.475)	(77)	(18.260)
Saldos em 31 de março de 2019	**229.774**	**94.082**	**334**	**324.190**

Controladora	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	19.844
Amortização	(2.417)
Saldo em 31 de março de 2019	**17.427**

b) Passivo de Arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	342.450	19.844
Juros incorridos	9.340	392
Pagamentos efetuados	(24.453)	(2.647)
Saldos em 31 de março de 2019	**327.337**	**17.589**
Passivo Circulante	**92.518**	**10.042**
Passivo não circulante	**234.819**	**7.547**

1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da aplicação inicial variou entre 7,96% a.a. a 13,17% a.a., conforme o prazo de arrendamento.

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 32.

20. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Energia de curto prazo - CCEE	398.247	139.375
Encargos de uso da rede elétrica	127.329	122.374
Energia elétrica comprada para revenda	813.058	775.336
Itaipu binacional	261.444	268.004
Gás comprado para revenda	147.420	123.664
Materiais e serviços	264.746	372.499
	2.012.244	**1.801.252**

21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES, VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições e Valores a Restituir a Consumidores

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Circulante				
ICMS	105.266	167.886	1.395	1.587
COFINS	123.564	146.004	45	18.404
PASEP	26.963	31.664	3	3.988
INSS	21.780	22.730	1.798	2.226
Outros	20.629	41.541	692	18.809
	298.202	**409.825**	**3.933**	**45.014**
Não circulante				
COFINS	25.609	25.280	-	-
PASEP	4.171	4.116	-	-
	29.780	**29.396**	**-**	**-**
	327.982	**439.221**	**3.933**	**45.014**
Valores a serem restituídos a consumidores				
Não circulante				
PASEP/COFINS (I)	1.129.697	1.123.680	-	-
	1.129.697	**1.123.680**	**-**	**-**

(I) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. As controladas, Cemig D e Cemig GT, obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das Controladas. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, as Controladas realizaram a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e a Cemig D constituiu um passivo potencial relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 31 de março de 2019 esse passivo é de R$1.129.697 (R$1.123.680 em 31 de dezembro 2018), que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R$1.154.914 (R$1.148.607 em dezembro de 2018), líquido de PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R$25.217 (R$24.924 em 31 de dezembro de 2018). O passivo foi constituído considerando que a Cemig D repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL. Não ocorreram efeitos no resultado decorrentes deste assunto.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas empresas controladas sujeitas ao lucro real que optaram pelo recolhimento mensal por estimativa sobre a receita, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Circulante		
Imposto de renda	31.204	83.213
Contribuição social	11.399	28.850
	42.603	**112.063**

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado			
				31/03/2019			31/12/2018
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - bônus diversos (1) (4)	2024	Diversas	US$	4.128	24.194	28.322	25.936
Eurobonds (2)	2024	9,25%	US$	203.192	5.845.050	6.048.242	5.856.124
KFW (2)	2019	1,78%	EURO	227	-	227	229
(-) Custos de transação				-	(20.669)	(20.669)	(21.319)
(±) Recursos antecipados (3)				-	(33.238)	(33.238)	(34.269)
Dívida em moeda estrangeira				**207.547**	**5.815.337**	**6.022.884**	**5.826.701**
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.(4)	2022	146,50% do CDI	R$	53.156	449.375	502.531	502.531
Caixa Econômica Federal (4)	2022	146,50% do CDI	R$	64.685	562.170	626.855	626.632
Caixa Econômica Federal (5)	2021	TJLP + 2,50%	R$	-	56.865	56.865	55.576
Caixa Econômica Federal (6)	2022	TJLP + 2,50%	R$	-	110.608	110.608	107.791
Eletrobrás (4)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R$	14.028	17.074	31.102	33.182
Grandes consumidores (4)	2024	IGP-DI + 6,00%	R$	2.490	2.616	5.106	4.985
Consórcio Pipoca (2)	2019	IPCA	R$	185	-	185	185
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R$	-	46.290	46.290	45.531
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única (4)	2019	151,00% do CDI	R$	435.330	-	435.330	425.571
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (9)				(18.488)	-	(18.488)	(23.508)
(-) Custos de Transação				(2.386)	(7.478)	(9.864)	(12.524)
Dívida em Moeda Nacional				**549.000**	**1.237.520**	**1.786.520**	**1.765.952**
Total de Empréstimos e Financiamento				**756.547**	**7.052.857**	**7.809.404**	**7.592.653**
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (2)	2019	IPCA + 6,00%	R$	-	-	-	156.361
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R$	339.395	675.350	1.014.745	1.049.331
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (2)	2020	IPCA + 8,07%	R$	18.090	16.277	34.367	33.322
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	140,00% do CDI	R$	341.703	595.722	937.425	1.022.646
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R$	517.679	527.881	1.045.560	1.596.419
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R$	5.134	926.412	931.546	955.722
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4)	2022	146,50% do CDI	R$	165.159	1.415.532	1.580.691	1.580.121
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (4)	2020	CDI + 1,75%	R$	415.783	137.170	552.953	551.214
Debêntures (8)	2022	TJLP+1,82% (69%) e Selic+1,82% (31%)	R$	33.206	84.031	117.237	124.801
Debêntures (8)	2019	116,50% do CDI	R$	50.115	-	50.115	50.086
Debêntures (8)	2023	CDI + 1,50%	R$	20.032	80.000	100.032	100.033
(-) Custos de Transação				(12.600)	(24.658)	(37.258)	(40.881)
Total de debêntures				**1.893.696**	**4.433.717**	**6.327.413**	**7.179.175**
Total geral consolidado				**2.650.243**	**11.486.574**	**14.136.817**	**14.771.828**

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora			
				31/03/2019			31/12/2018
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R$	-	46.290	46.290	45.531
(-) Custos de transação				-	(411)	(411)	(450)
Total de empréstimos e financiamento				**-**	**45.879**	**45.879**	**45.081**

(1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R$178.021, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R$149.699. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
(2) Cemig Geração e Transmissão;
(3) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
(4) Cemig Distribuição;
(5) Central Eólica Praias de Parajuru;
(6) Central Eólica Volta do Rio;
(7) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom;
(8) Gasmig;
(9) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide nota explicativa nº 31.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou da Companhia, superior a R$50 milhões (“*cross default*”).

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de março de 2019, é garantido da seguinte forma:

	31/03/2019
Nota Promissória, Aval e Fiança	9.019.411
Recebíveis	3.886.393
Ações	1.073.851
Sem garantia	157.162
TOTAL	**14.136.817**

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Moedas								
Euro	227	-	-	-	-	-	-	227
Dólar Norte-Americano	207.320	-	-	-	-	5.869.244	-	6.076.564
Total por moedas	**207.547**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.869.244**	**-**	**6.076.791**
Indexadores								
IPCA (1)	35.491	861.269	860.516	574.318	231.603	231.603	231.603	3.026.403
UFIR/RGR (2)	10.843	11.208	3.407	3.265	2.379	-	-	31.102
CDI (3)	1.221.550	1.009.319	1.145.263	1.453.980	20.000	-	-	4.850.112
URTJ/TJLP (4)	17.623	69.315	117.071	44.323	-	-	-	248.332
IGP-DI (5)	2.490	259	945	565	565	282	-	5.106
Total por Indexadores	**1.287.997**	**1.951.370**	**2.127.202**	**2.076.451**	**254.547**	**231.885**	**231.603**	**8.161.055**
(-) Custos de transação	(11.082)	(13.087)	(13.950)	(8.508)	(165)	(20.834)	(165)	(67.791)
(±) Recursos antecipados	-	-	-	-	-	(33.238)	-	(33.238)
Total Geral	**1.484.462**	**1.938.283**	**2.113.252**	**2.067.943**	**254.382**	**6.047.057**	**231.438**	**14.136.817**

Controladora	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Indexadores								
CDI (3)	-	-	46.290	-	-	-	-	46.290
Total por indexadores	**-**	**-**	**46.290**	**-**	**-**	**-**	**-**	**46.290**
(-) Custos de transação	-	-	(411)	-	-	-	-	(411)
Total geral	**-**	**-**	**45.879**	**-**	**-**	**-**	**-**	**45.879**

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);
(5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada no primeiro trimestre de 2019	Variação % Acumulada no primeiro trimestre de 2018	Indexador	Variação % Acumulada no primeiro trimestre de 2019	Variação % Acumulada no primeiro trimestre de 2018
Dólar Norte-Americano	0,57	0,48	IPCA	1,51	0,70
Euro	(1,42)	2,91	CDI	1,51	1,59
			TJLP	0,72	(3,57)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**14.397.697**	**-**
Variação Monetária	38.674	-
Variação Cambial	16.031	-
Encargos Financeiros Provisionados	295.620	-
Amortização do Custo de Transação	9.000	-
Encargos Financeiros Pagos	(344.753)	-
Amortização de Financiamentos	(722.462)	-
Subtotal	**13.689.807**	-
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	9.009	-
Saldos em 31 de março de 2018	**13.698.816**	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**14.771.828**	**45.081**
Variação monetária	44.008	-
Variação cambial	32.980	-
Encargos financeiros provisionados	314.498	759
Amortização do custo de transação	6.933	39
Encargos financeiros pagos	(284.847)	-
Amortização de financiamentos	(753.603)	-
Subtotal	**14.131.797**	**45.879**
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	5.020	-
Saldos em 31 de março de 2019	**14.136.817**	**45.879**

Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

As controladas Cemig D e Gasmig transferiram para o ativo intangível e para o ativo de contrato os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Encargos de empréstimos e financiamentos	314.498	304.620
Encargos financeiros capitalizados no intangível (1) (nota 18)	(854)	(8.272)
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato (nota 15)	(10.232)	-
Efeito líquido no resultado	**303.412**	**296.348**

(1) A taxa média de capitalização foi de 8,69% a.a. em 2019 (9,64% a.a. em 2018).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas - "*Covenants*"

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas ("*Covenants*") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Índice Requerido Parajuru e Volta do Rio	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	-	Semestral e anual
Eurobonds Cemig GT (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	-	Semestral e anual
Cédula de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, 5ª e 6ª emissões de debêntures e 9ª emissão de nota promissória Cemig D (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos) Índice de Liquidez Corrente	Manter índice igual ou inferior a: 3,8 em 30/06/2019 3,8 em 31/12/2019 3,3 em 30/06/2020 3,3 em 31/12/2020 3,3 em 30/06/2021 3,3 em 31/12/2021 em diante Manter índice igual ou maior a 0,6x	Manter índice igual ou inferior a: 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante Manter índice igual ou maior a 0,6x	- -	Semestral e anual
Debêntures GASMIG (4)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total) EBITDA/Serviço da Dívida EBITDA/Resultado Financeiro Líquido Dívida Líquida/EBITDA	Menor que 0,6 Igual ou maior que 1,3 Igual ou maior que 2,5 Igual ou menor que 2,5	- - - -	- - - -	Anual Anual Anual Anual
Financiamento Caixa Econômica Federal Parajuru e Volta do Rio (5)	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Patrimônio Líquido/Passivo Total Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	- - -	- - -	Manter Índice igual ou superior a 1,20 Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio) Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Anual (durante o período de amortização) Permanente Permanente

(1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R$2.240 milhões;

(2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant "de manutenção" de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant "de incorrência" de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x;

(3) Os títulos descritos acima possuem exigibilidade de cumprimento das respectivas cláusulas restritivas em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta Nota Explicativa;

(4) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

(5) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Votla do Rio possuem Covenants Financeiros com exibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do *Índice de Cobertura do Serviço da Dívida*, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.

As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento permanente foram atendidas em 31 de março de 2019.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 32.

23. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Passivo		
Reserva Global de Reversão - RGR	27.071	29.068
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	105.846	122.217
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.370	2.329
Eficiência Energética	253.755	257.956
Pesquisa e Desenvolvimento	211.024	224.970
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.719	2.536
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	5.067	4.746
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	8.079	6.631
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	6.431	5.804
Encargo de Capacidade Emergencial	30.994	30.994
Outros	5.678	5.686
	659.034	**692.937**
Passivo Circulante	**498.334**	**514.412**
Passivo Não Circulante	**160.700**	**178.525**

24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	**2.068.355**	**1.809.441**	**38.505**	**269.880**	**4.186.181**
Despesa reconhecida no resultado	47.985	45.581	953	6.760	101.279
Contribuições pagas	(41.240)	(27.214)	(619)	(2.284)	(71.357)
Passivo líquido em 31 de março de 2018	**2.075.100**	**1.827.808**	**38.839**	**274.356**	**4.216.103**
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	**2.169.610**	**2.343.799**	**47.552**	**427.383**	**4.988.344**
Despesa reconhecida no resultado	49.173	55.587	1.138	10.240	116.138
Contribuições pagas	(45.547)	(29.686)	(646)	(2.987)	(78.866)
Passivo líquido em 31 março de 2019	**2.173.236**	**2.369.700**	**48.044**	**434.636**	**5.025.616**

	31/03/2019	31/12/2018
Passivo Circulante	257.155	252.688
Passivo Não Circulante	4.768.461	4.735.656

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	**333.484**	**111.568**	**2.659**	**11.786**	**459.497**
Despesa reconhecida no resultado	7.917	2.694	64	320	10.995
Contribuições pagas	(2.029)	(1.657)	(38)	(78)	(3.802)
Passivo líquido em 31 de março de 2018	**339.372**	**112.605**	**2.685**	**12.028**	**466.690**
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	**357.354**	**132.188**	**3.198**	**16.711**	**509.451**
Despesa reconhecida no resultado	8.147	3.064	76	412	11.699
Contribuições pagas	(2.239)	(2.318)	(41)	(125)	(4.723)
Passivo líquido em 31 de março de 2019	**363.262**	**132.934**	**3.233**	**16.998**	**516.427**

	31/03/2019	31/12/2018
Passivo Circulante	14.558	13.774
Passivo Não Circulante	501.869	495.677

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R$100.909 (R$83.271 no primeiro trimestre de 2018), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R$15.229 (R$18.007 no primeiro trimestre de 2018).

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 31 de março de 2019, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R$632.298 (R$651.966 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia e suas controladas mantêm o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 31 de março de 2019, o montante total a ser pago pela Companhia e suas controladas em decorrência dos déficits de 2015 e 2016 apurados no Plano A é de R$377.114 (R$377.449 em 31 de dezembro de 2018), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia e suas controladas ficarão dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em 03 de abril de 2019, foi celebrado um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A relativo ao ano de 2017. O montante total a ser pago a ser pago pela Companhia e suas controladas em decorrência do déficit de 2017 apurado no Plano A é de R$178.328, com amortizações mensais até 2033. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

25. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2019
Trabalhistas	456.889	37.596	(36.160)	(35.416)	422.909
Cíveis					
Relações de consumo	18.876	2.972	(3.858)	(2.947)	15.043
Outras ações cíveis	29.011	1.129	(2.738)	(1.122)	26.280
	47.887	**4.101**	**(6.596)**	**(4.069)**	**41.323**
Tributárias	51.894	15.546	(620)	(15.369)	51.451
Ambientais	1.257	47	-	-	1.304
Regulatórias	36.691	1.783	(1.107)	(875)	36.492
Outras	46.053	5.177	(1.303)	(135)	49.792
Total	**640.671**	**64.250**	**(45.786)**	**(55.864)**	**603.271**

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2018
Trabalhistas	473.874	17.054	-	(3.090)	487.838
Cíveis					
Relações de consumo	18.632	5.005	(320)	(4.519)	18.798
Outras ações cíveis	43.105	82	(6.066)	(64)	37.057
	61.737	**5.087**	**(6.386)**	**(4.583)**	**55.855**
Tributárias	57.048	69	-	(27)	57.090
Ambientais	45	28	-	(27)	46
Regulatórias	39.812	3.385	-	(237)	42.960
Outras	45.597	1.099	(2.782)	(42)	43.872
Total	**678.113**	**26.722**	**(9.168)**	**(8.006)**	**687.661**

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2019
Trabalhistas	32.807	2.717	-	(2.268)	33.256
Cíveis				-	
Relações de consumo	931	14	(464)	(14)	467
Outras ações cíveis	759	4	-	(1)	762
	1.690	**18**	**(464)**	**(15)**	**1.229**
Tributárias	11.269	15.435	-	(15.282)	11.422
Regulatórias	17.180	715	-	-	17.895
Outras	1.258	15	(606)	-	667
Total	**64.204**	**18.900**	**(1.070)**	**(17.565)**	**64.469**

	Controladora					
	31/12/2017	Incorporação da Cemig Telecom	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2018
Trabalhistas	38.603	22	1.110	-	(299)	39.436
Cíveis	-					
Relações de consumo	1.024	-	714	-	(307)	1.431
Outras ações cíveis	958	-	14	-	-	972
	1.982	**-**	**728**	-	**(307)**	**2.403**
Tributárias	7.473	-	15	-	(12)	7.476
Regulatórias	13.959	-	2.959	-	(40)	16.878
Outras	1.177	-	31	(67)	-	1.141
Total	**63.194**	**22**	**4.843**	**(67)**	**(658)**	**67.334**

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$1.670.455 (R$1.724.929 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$422.909 foram provisionados (R$456.889 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R$63.145 (R$66.399 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$15.043 (R$18.876 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R$290.670 (R$277.048 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$26.280 (R$29.011 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R$168.598 (R$160.420 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$46.796 (R$46.472 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R$72.396 (R$142.210 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$4.655 foram provisionados (R$5.422 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R$15.719 (R$15.154 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$1.304 foram provisionados (R$1.257 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$275.633 (R$259.800 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$36.492 (R$36.691 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R$37.455 (R$36.280 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$182.500 (R$188.743 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$12.337 foram provisionados (R$11.030 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia e suas controladas.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$121.834, que atualizado representa o valor de R$276.723 (R$274.871 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R$280.812 (R$303.584 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados (PLR), programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxilio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$1.441.182 (R$1.419.637 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R$149.132 (R$145.689 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R$223.609 (R$221.414 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$372.474 (R$349.760 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R$997.510 (R$975.196 em 31 de dezembro de 2018), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora S.A. questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$323.275 (R$317.460 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias, contra essa decisão foi interposto recurso especial cuja admissibilidade aguarda apreciação.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$233.105 (R$225.132 em 31 de dezembro de 2018). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Cemig GT concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$308.196 (R$302.890 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Civis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF).

A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R$152.710 (R$148.205 em 31 de dezembro de 2018).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R$89.319 (R$87.159 em 31 de dezembro de 2018).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$416.353 (R$412.054 em 31 de dezembro de 2018) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R$298.703 (R$291.262 em 31 de dezembro de 2018) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$93.113 (R$90.288 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R$91.942 (R$87.573 em 31 de dezembro de 2018). Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Companhia é de R$7.293.763, representado por 487.614.213 ações ordinárias e 971.138.388 preferenciais, ambas com valor nominal de R$5,00.

b) Lucro por ação

	Quantidade de ações	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Ações ordinárias já capitalizadas	487.614.213	420.764.708
Ações ordinárias a serem capitalizadas	-	66.849.505
Ações em tesouraria	(69)	(69)
	487.614.144	487.614.144
Ações preferenciais já capitalizadas	971.138.388	838.076.946
Ações preferenciais a serem capitalizadas	-	133.061.442
Ações em tesouraria	(560.649)	(560.649)
	970.577.739	970.577.739
Total	**1.458.191.883**	**1.458.191.883**

Lucro básico e diluído por ação

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 32 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Lucro líquido do período (A)	797.076	464.449
Total de ações (B)	1.458.191.883	1.458.191.883
Lucro básico e diluído por ação (A/B) (R$)	**0,55**	**0,32**

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(256.943)	(256.943)
Controlada e controlada em conjunto		
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(1.682.348)	(1.681.484)
Custo Atribuído de Imobilizado	605.863	611.191
Ajustes de conversão de balanço	362	362
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	87	87
	(1.076.036)	(1.069.844)
Ajustes de avaliação patrimonial	**(1.332.979)**	**(1.326.787)**

27. SUBSIDIÁRIAS COM PARTICIPAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NÃO CONTROLADORES

As informações financeiras das controladas as quais possuem participações significativas de não controladores são conforme segue:

Empresa	Participação societária detida por sócio não-controlador	
	31/03/2019	31/12/2018
Gasmig	0,43%	0,43%
Light S.A	50,01%	50,01%
LightGer	25,51%	25,51%
Guanhães	25,51%	25,51%
Axxion	25,51%	25,51%
Amazônia	12,75%	12,75%
UHE Itaocara	25,51%	25,51%

Participações acumuladas de não controladores no patrimônio líquido:

Empresa	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Gasmig	4.469	4.306
Light S.A	1.277.098	1.277.098
LightGer	21.973	21.973
Guanhães	50.158	50.158
Axxion	4.402	4.402
UHE Itaocara	2.671	2.671
Total	**1.360.771**	**1.360.608**

Lucro líquido (prejuízo) alocado às participações de não controladores:

Empresa	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Gasmig	163	146
Total	**163**	**146**

28. RECEITA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecida em bases mensais na medida em que: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

	Consolidado	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	6.601.417	5.397.905
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	630.044	373.741
CVA e Outros componentes financeiros (c)	120.350	441.156
Receita de transmissão		
Receita de concessão de transmissão (d)	117.179	100.991
Receita de construção de transmissão (e)	28.087	1.063
Receita de indenização de transmissão (f)	32.499	49.841
Receita de indenização de geração	-	17.245
Receita de construção de distribuição (e)	171.031	176.797
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (g)	6.040	792
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (h)	80.788	81.827
Transações com energia na CCEE (i)	252.616	134.327
Fornecimento de gás	596.278	428.071
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(22.825)	(16.446)
Outras receitas operacionais (j)	441.198	462.113
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (k)	(3.141.524)	(2.713.992)
Receita operacional líquida	**5.913.178**	**4.935.431**

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

Reconhecidas por meio da entrega de energia elétrica, sendo a receita registrada na medida do faturamento com base nas tarifas homologadas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor (cliente).

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R$	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Residencial	2.743.798	2.593.117	2.458.438	1.917.981
Industrial	3.872.005	4.028.060	1.140.542	1.105.786
Comércio, serviços e outros	2.279.357	2.042.937	1.339.038	1.069.278
Rural	860.624	765.502	456.879	342.763
Poder público	223.700	213.598	153.592	120.850
Iluminação pública	351.964	343.406	150.845	124.416
Serviço público	339.111	322.058	167.496	134.272
Subtotal	**10.670.559**	**10.308.678**	**5.866.830**	**4.815.346**
Consumo Próprio	9.983	12.124	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(25.814)	(81.954)
	10.680.542	**10.320.802**	**5.841.016**	**4.733.392**
Suprimento a outras concessionárias (2)	3.077.493	2.632.799	817.138	701.491
Suprimento não faturado líquido	-	-	(56.737)	(36.978)
Total	**13.758.035**	**12.953.601**	**6.601.417**	**5.397.905**

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores, cobrados com base na tarifa definida pelo órgão regulador.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Concessão de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a construção, operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R$5.596 no trimestre findo em 31 de março de 2019 (R$2.927 no trimestre findo em 31 de março de 2018).

e) Receita de Construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pelas controladas no período. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos de contrato. Considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

f) Receita de Indenização de Transmissão

No trimestre findo em 31 de março de 2019, a Cemig GT reconheceu receita no valor de R$32.499 (R$49.841 no trimestre findo em 31 de março de 2018), correspondentes à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

g) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

h) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

i) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

j) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Serviço taxado	4.356	2.936
Serviço de telecomunicações	1.304	44.037
Prestações de serviços	51.563	41.711
Subvenções (1)	291.514	265.272
Aluguel e arrendamento	29.467	20.915
Ressarcimentos contratuais	62.576	84.092
Outras	418	3.150
	441.198	**462.113**

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios governamentais incidentes nas tarifas aplicáveis aos clientes do serviço de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS;

k) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.580.579	1.253.097
COFINS	669.255	558.380
PIS-PASEP	146.458	121.232
Outros	2.255	2.248
	2.398.547	**1.934.957**
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	4.552	5.240
Programa de Eficiência Energética – PEE	16.883	13.213
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	652.349	587.855
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	11.111	8.513
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	11.111	8.513
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	5.555	4.257
Encargos do Consumidor – PROINFA	13.305	10.241
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	6.942	6.217
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	9.999	18.214
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	11.156	116.772
Outros	14	-
	742.977	**779.035**
	3.141.524	**2.713.992**

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Pessoal (a)	365.041	331.664	13.613	7.469
Participação dos empregados e administradores no resultado	66.037	19.577	4.487	1.411
Obrigações pós-emprego - *nota 24*	100.909	83.271	10.950	10.109
Materiais	20.490	15.290	6	42
Serviços de terceiros (b)	283.728	235.793	5.308	1.967
Energia elétrica comprada para revenda (c)	2.594.181	2.263.693	-	-
Depreciação e amortização	230.896	212.991	2.939	118
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	109.006	133.207	18.013	39.311
Encargos de uso da rede básica de transmissão	333.796	392.542	-	-
Gás comprado para revenda	394.982	263.233	-	-
Custos de construção de infraestrutura (e)	199.118	180.669	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	51.932	66.363	920	2.855
	4.750.116	**4.198.293**	**56.236**	**63.282**

Para detalhes sobre os custos e despesas de operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 34.

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) - 2019

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R$65.596, correspondente à adesão de 458 empregados, e foi registrado no resultado do exercício de 2018.

Reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019)

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 01 a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras, a saber: verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O montante apropriado na fase de reabertura do PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R$21.491, correspondendo à adesão de 155 empregados.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	32.043	31.196	-	-
Comunicação	20.291	18.409	1.452	126
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	100.534	78.393	3	5
Conservação e limpeza de prédios	26.518	25.930	113	58
Mão de obra contratada	3.673	3.941	-	-
Fretes e passagens	1.374	847	282	115
Hospedagem e alimentação	2.972	2.584	26	39
Vigilância	4.008	4.978	-	-
Consultoria	3.393	3.288	1.284	38
Manutenção/conservação de móveis utensílios	915	595	1	-
Tecnologia da informação	7.232	11.161	152	192
Manutenção e conservação de veículos	540	498	-	-
Corte e religação	17.546	10.139	-	-
Meio ambiente	3.407	2.134	-	-
Serviços advocatícios	6.421	4.781	444	271
Custas processuais (recuperação de custos)	(416)	371	-	-
Poda de árvores	8.252	4.029	-	-
Limpeza de faixa	13.712	5.973	-	-
Reprografia e publicações legais (recuperação de custos)	4.483	4.207	(17)	71
Inspeção de unidades consumidoras	2.089	1.863	-	-
Outras despesas	24.741	20.476	1.568	1.052
	283.728	**235.793**	**5.308**	**1.967**

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Energia de Itaipu Binacional	333.156	288.243
Contratos por cotas de garantia física	178.931	171.384
Cotas das Usinas de Angra I e II	67.293	66.712
Energia de curto prazo	513.977	219.111
PROINFA	95.308	79.848
Contratos bilaterais	113.646	105.085
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	710.792	723.513
Energia adquirida no ambiente livre	831.814	823.936
Créditos de PASEP-COFINS	(250.736)	(214.139)
	2.594.181	**2.263.693**

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	79.351	76.183	-	-
Perdas estimadas em outros créditos a receber (1)	183	560	183	-
Provisão (reversão) para Contingências (2) (nota 25)				
Trabalhistas	1.436	17.054	2.717	1.110
Cíveis	(2.495)	(1.299)	(446)	728
Tributárias	14.926	69	15.435	15
Ambientais	47	28	-	-
Regulatórias	676	3.385	715	2.959
Outras	3.874	(1.683)	(591)	(36)
	18.464	**17.554**	**17.830**	**4.776**
	97.998	**94.297**	**18.013**	**4.776**
Ajustes para perdas				
Opção de venda Parati	-	34.535	-	34.535
Opção de venda SAAG (nota 32)	11.008	4.375	-	-
	11.008	**38.910**	**-**	**34.535**
	109.006	**133.207**	**18.013**	**39.311**

(1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.

(2) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do período consolidado como despesas operacionais.

e) Custo de Construção de Infraestrutura

	Consolidado	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Pessoal e administradores	13.452	14.570
Materiais	87.459	75.934
Serviços de terceiros	75.294	74.028
Outros	22.913	16.137
	199.118	**180.669**

f) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Arrendamentos e aluguéis (recuperação de custos)	513	22.495	(1.039)	829
Propaganda e publicidade	1.737	1.512	38	4
Consumo próprio de energia elétrica	6.289	6.597	-	-
Subvenções e doações	2.911	1.805	-	-
Concessão onerosa	628	778	-	-
Seguros	2.123	1.918	400	402
Anuidade CCEE	1.637	1.924	-	-
FORLUZ – custeio administrativo	6.712	7.862	329	278
Agentes arrecadadores	20.958	17.458	-	-
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	7.499	1.982	-	-
Impostos e taxas	4.669	4.582	339	299
Outras despesas (receitas)	(3.744)	(2.550)	853	1.043
	51.932	**66.363**	**920**	**2.855**

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	25.032	23.727	1.477	2.575
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	86.518	75.662	-	-
Variações cambiais	-	2.508	-	-
Variação monetária	4.985	5.186	1	-
Variação monetária – CVA (nota 14)	20.906	447	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	6.687	6.452	532	7.347
PASEP e COFINS incidente sobre as receitas financeiras	(9.265)	(8.927)	(147)	(549)
Ganhos com instrumentos financeiros – swap (nota 32)	152.311	97.517	-	-
Rendas de Antecipação de Pagamento	938	6.790	1	-
Encargos de créditos com partes relacionadas (nota 31)	22.664	-	-	-
Outras	39.742	32.492	1.142	1.875
	350.518	**241.854**	**3.006**	**11.248**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(303.412)	(287.348)	(759)	-
Amortização do custo de transação (nota 22)	(6.933)	(9.000)	(39)	-
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos (nota 22)	(32.980)	(16.031)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	-	(3.241)	-	-
Variação monetária – empréstimos e financiamentos (nota 22)	(44.008)	(38.674)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(881)	(664)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego (nota 24)	(15.229)	(18.007)	(749)	(886)
Atualização financeira – adiantamento de clientes (nota 7)	(1.148)	(3.619)	-	-
Variação monetária de arrendamento (nota 19)	(9.340)	-	(392)	-
Outras	(38.147)	(23.070)	(7.726)	(8)
	(452.078)	**(399.654)**	**(9.665)**	**(894)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(101.560)**	**(157.800)**	**(6.659)**	**10.354**

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	268.978	244.960	-	-	38.821	30.588	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	2.050	2.050	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber – AFAC (2)	-	-	-	-	-	3.851	-	-
Não Circulante								
Contas a Receber – AFAC (2)	250.867	245.566	-	-	5.289	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	13.514	12.957	9.640	6.598	(37.004)	(38.088)
Prestação de Serviços (4)	1.570	1.792	-	-	3.567	3.269	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	90.664	90.664	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	881	969	-	-	-	(1.805)
Prestação de Serviço (4)	280	211	-	-	233	223	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	5.669	52.873	64.111	6.158	8.552	(156.626)	(148.493)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	-	6.785	-	-	-	3.373	-	-
Ressarcimento de Energia Descontratada (6)	35.038	42.046	-	-	818	135	-	-
Não Circulante								
Ressarcimento de Energia Descontratada (6)	-	3.504	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	130	130	5.638	5.841	4.531	3.967	(51.320)	(43.411)
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.424	-	-	-	(4.135)	(4.629)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	748	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	1.303	-	-	(1.303)	(5.167)
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	541	544	-	-	(1.349)	(1.142)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.718	5.719	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.460	2.460	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	515	-	-	-	(30.866)
Não Circulante								
Contas a Receber (7)	671.858	594.323	-	-	77.535	9.111	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.547	1.547	-	-	(3.512)	(5.972)
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	374	503	502	15.427	15.584	(296)	(254)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	19.683	19.683	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	8.408	8.295	-	-	(24.252)	(31.613)
Prestação de Serviço (4)	174	130	-	-	151	139	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	972	976	-	-	(2.515)	(2.353)
Prestação de Serviços (4)	97	90	-	-	327	319	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (8)	-	-	2.073	195	-	-	-	-
Transudeste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	156	159	-	-	(366)	(405)
Prestação de serviços (4)	157	157	-	-	159	130	-	-
Transleste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	257	257	-	-	(590)	(653)
Prestação de serviços (4)	123	123	-	-	288	276	-	-
Centroeste								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.218	1.218	-	-	-	-	-	-
LUCE								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	4.979	4.979	-	-	-	-	-	-
RME								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.058	2.058	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	150.467	273.570	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	512.269	727.011	-	-	9.830	8.515	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (Nota 22)	(18.488)	(23.508)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	79.073	101.151	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	125.941	123.184	-	-	(49.173)	(47.985)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (10)	-	-	-	-	-	-	(18.895)	(19.092)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(6.712)	(7.862)
Arrendamento Operacional (12)	-	-	46.017	1.778	-	-	(13.895)	(11.528)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (9)	-	-	2.047.295	2.046.426	-	-	-	-
Arrendamento Operacional (12)	210.177	-	165.929	-	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	122.842	120.344	-	-	(56.725)	(46.534)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	2.294.802	2.271.007	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto no montante de R$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M com vencimento até novembro de 2019. A primeira parcela, no montante de R$5.418, foi quitada em dezembro de 2017, encontrando-se 12 parcelas vencidas em 31 de março de 2019, possuem vencimento até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Valor da CIP referente ao TARD em 31/1/2018 é de R$2.050;

(2) Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Valor transferido para a rubrica Contas a Receber do Estado de Minas Gerais em 30 de setembro de 2017 (vide nota explicativa nº 11);

(3) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);

(4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
(5) Em 2017, foram antecipados R$70.100 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia, sendo R$51.874 pela Cemig GT, e R$11.917 e R$6.309 pela Sá Carvalho e Rosal, respectivamente. O pagamento da última parcela foi realizado em janeiro de 2019;
(6) Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 31 de março de 2019 é R$35.038;
(7) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante total de R$671.858 com o vencimento final em dezembro de 2021 e atualização financeira calculada pela variação de 150% a 155% do CDI. Parte do valor do contas a receber é oriunda dos novos TARDs assinados pela Cemig GT e Renova em 20 de fevereiro de 2019 para reconhecimento de dívidas contraídas pela Renova no montante total e atualizado em 31/03/2019 de R$148.182, cuja liquidação está prevista para até 09 de julho de 2019 atualizada a 155% do CDI. O contas a receber possui garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos;
(8) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
(9) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 24);
(10) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
(11) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(12) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até outubro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e fevereiro de 2019 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034, estando esta em fase final de renovação), reajustado anualmente pelo IPCA tendo seus preços revisados a cada 60 meses (vide nota explicativa nº19);
(13) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 24).

Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Cemig GT	-	-	659.622	659.622
Cemig D	-	-	267.435	267.435
Outras (1)	119.414	119.743	18.527	18.527
	119.414	**119.743**	**945.584**	**945.584**

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "outras" estão divulgadas na tabela acima em "Juros sobre Capital Próprio e Dividendos".

Mútuo partes relacionadas

Em setembro de 2018 foi firmado contrato de mútuo entre a Cemig GT (Mutuante) e Cemig (Mutuário), no montante de R$400.000 sendo que sua liquidação ocorrerá em parcela única em dezembro de 2019, acrescido de juros anuais de 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig H uma Nota Promissória no valor global de R$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período 15 meses de vigência do contrato. Em 13 de março de 2019 foram amortizados R$46.599. O montante global em 31 de março de 2019 é de R$369.221.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/03/2019	Vencimento
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.565.638	2042
Light (1)	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia (SAESA) (2)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	893.829	2034
Santo Antônio Energia (SAESA) (2)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	411.025	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	6.448	2023
				4.560.555	

(1) Relacionado à execução de garantias do financiamento Norte Energia
(2) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.

Em 31 de março de 2019, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de "Debêntures" no passivo circulante e não circulante, em 31 de março de 2019.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/03/2019				
				Cemig 1,25%	Cemig GT 0,34%	Cemig D 10,74%	Demais controladas 21,66% (1)	Total 33,99%
ETAU (1)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	128	35	1.098	2.215	3.476
				128	35	1.098	2.215	3.476

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2018				
				Cemig 4,65%	Cemig GT 0,75%	Cemig D 24,47%	Demais controladas 14,33% (1)	Total 44,20%
ETAU (1)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	468	75	2.463	1.442	4.448
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	334	54	1.754	1.130	3.272
				802	**129**	**4.217**	**2.572**	**7.720**

(1) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Remuneração	7.904	7.703
Participação nos resultados	473	142
Benefícios assistenciais	471	522
Total	**8.848**	**8.367**

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	31/03/2019		31/12/2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras	2	89.436	89.436	116.513	116.513
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	2	4.088.408	4.088.408	3.927.651	3.927.651
Fundos Vinculados	2	88.177	88.177	90.993	90.993
Adiantamentos a Fornecedores	2	-	-	94.070	94.070
Consumidores – Contas a receber do Estado de Minas Gerais		268.978	268.978	244.960	244.960
Outras contas a receber do Estado de Minas Gerais (CIP)		2.050	2.050	2.050	2.050
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	250.867	250.867	245.566	245.566
Ativos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	3	1.147.415	1.147.415	1.080.693	1.080.693
Reembolso de Subsídios Tarifários	2	169.177	169.177	90.845	90.845
Subvenção Baixa Renda	2	41.546	41.546	30.232	30.232
Depósitos Vinculados a Litígios	2	2.482.838	2.482.838	2.501.512	2.501.512
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	3	2.426.044	2.426.044	2.408.930	2.408.930
Indenizações a Receber – Transmissão		1.321.961	1.321.961	1.296.314	1.296.314
Contas a Receber – Renova	2	671.858	671.858	507.038	507.038
Ressarcimento – Descontratação de Energia	2	35.038	35.038	45.550	45.550
		13.083.793	**13.083.793**	**12.682.917**	**12.682.917**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – aplicações financeiras		752.549	752.549	783.288	783.288
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	1	161.353	161.353	253.868	253.868
Letras Financeiras - Bancos	2	335.920	335.920	434.735	434.735
Debêntures	2	5.374	5.374	7.118	7.118
		1.255.196	**1.255.196**	**1.479.009**	**1.479.009**
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	3	965.646	965.646	813.335	813.335
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda Ativas e Sonda)	3	4.460	4.460	4.460	4.460
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	3	411.776	411.776	395.743	395.743
Indenizações a Receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		3.453.280	**3.453.280**	**3.508.749**	**3.508.749**
		16.537.073	**16.537.073**	**16.191.666**	**16.191.666**
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(14.136.817)	(14.136.817)	(14.771.828)	(14.771.828)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(632.298)	(632.298)	(651.966)	(651.966)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	2	(377.114)	(377.114)	(377.449)	(377.449)
Concessões a Pagar	3	(19.083)	(19.083)	(18.747)	(18.747)
Fornecedores	2	(2.012.244)	(2.012.244)	(1.801.252)	(1.801.252)
Adiantamento de Clientes	2	(32.523)	(32.523)	(79.405)	(79.405)
Operações de arrendamento mercantil (2)	2	(327.337)	(327.337)	-	-
		(17.537.416)	**(17.537.416)**	**(17.700.647)**	**(17.700.647)**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda SAAG)	3	(430.156)	(430.156)	(419.148)	(419.148)
		(430.156)	**(430.156)**	**(419.148)**	**(419.148)**
		(17.967.572)	**(17.967.572)**	**(18.119.795)**	**(18.119.795)**

(1) Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;
(2) Os arrendamentos foram reconhecidos em função da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2). Mais informações na nota explicativa nº 19.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição e Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 14 destas informações contábeis intermediárias.

Indenizações a Receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função da aceitação dos termos da Lei 12.783/13, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig.

Indenizações a Receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, RME e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 142,17% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 8,07%, CDI + 0,64% a 3,26%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Instrumentos financeiros – derivativos

Opções de venda

A Companhia e suas controladas possuem determinadas opções de venda para as quais realiza-se o cálculo do valor justo da opção com base no modelo *Black and Scholes Merton* (BSM), no qual as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de março de 2019; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as opções da Companhia são como segue:

Consolidado	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Opção de venda SAAG	430.156	419.148
Opção de venda /compra – Ativas e Sonda	(4.460)	(4.460)
	425.696	**414.688**

Opção de venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto "Estrutura de Investimento"), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento ("Opções de Venda"), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Cemig GT utiliza para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG o modelo Black-Scholes-Merton ("BSM"). Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de março de 2019 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP's. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R$430.156 (R$419.148 em 31 de dezembro de 2018), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**311.593**
Variação do valor justo	4.457
Reversões	-
Saldo em 31 de março de 2018	**316.050**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**419.148**
Variação do valor justo	11.008
Saldo em 31 de março de 2019	**430.156**

A Cemig GT efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 4,50% a 8,50% ao ano e volatilidade entre 21% e 81% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R$408.334 e R$456.376, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Opções Sonda

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a Cemig Telecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitido por Cemig Telecom) e Venda (emitido por Sonda). Com a incorporação da Cemig Telecom pela Cemig, ocorrida em em 31 de março de 2018, o contrato de opção passa a ser entre a Cemig e a Sonda.

Assim, a Cemig fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2019. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de março de 2019, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se no valuation elaborado pela mesma consultoria especializada responsável pelo cálculo das opções. A data base da avaliação é 31 de março de 2019, mesma data de fechamento das informações contábeis intermediárias da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 31 de dezembro de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 31 de março de 2019, no montante de R$152.311 (ajuste positivo de R$97.517 em 31 de março de 2018), registrado no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 31/03/2019	Valor justo 31/03/2019	Valor Conforme contrato 31/12/2018	Valor justo 31/12/2018
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US$1.000.000	705.563	731.743	679.530	626.888
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US$500.000	55.181	233.903	32.781	186.447
					760.744	**965.646**	**712.311**	**813.335**
Ativo circulante						**75.496**		**69.643**
Ativo não circulante						**890.150**		**743.692**

(1) Para a emissão original de US$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R$3,25/US$ e teto em R$5,00/US$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R$3,85/US$ e teto em R$5,00/US$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.

(2) Em milhares de US$.

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação à mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes.

O valor justo apurado em 31 de março de 2019 foi de R$965.646 (R$813.335 em 31 de dezembro de 2018), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de março de 2019, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e possuem *accrual* de R$760.744 em 31 de março de 2019 (R$712.311 em 31 de dezembro de 2018).

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (swap e call spread), ao fim do período contábil, em R$1bilhão referente à opção (call spread) e R$70 milhões referentes ao swap, totalizando R$1,1 bilhão.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução em 25% e 50% do valor justo estimado para o cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 31/03/2019	Cenário provável	Cenário Possível Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 25%	Cenário Remoto Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 50%
Swap ponta ativa	6.170.480	6.112.816	5.064.330	4.109.765
Swap ponta passiva	(6.154.140)	(6.041.976)	(6.217.001)	(6.379.342)
Opção/Call Spread	949.306	1.217.052	608.889	101.359
Instrumento derivativo de hedge	**965.646**	**1.287.892**	**(543.782)**	**(2.168.218)**

Foram aplicados ao cálculo do valor justo estimado os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2019		31/12/2018	
	Moeda Estrangeira	R$	Moeda Estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 22)	1.559.414	6.076.564	1.518.029	5.882.060
Fornecedores (Itaipu Binacional)	67.094	261.444	69.166	268.004
	1.626.508	6.338.008	1.587.195	6.150.064
Euro				
Empréstimos e financiamentos – Euro (nota 22)	52	227	52	229
Passivo Líquido Exposto	**1.626.560**	**6.338.235**	**1.587.247**	**6.150.293**

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2019 será uma redução de 2,01% para o dólar (R$3,8183) e uma valorização de 1,00% para o Euro (R$4,4197). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar R$ 3,8183 Euro R$ 4,4197	Cenário Possível Dólar R$ 4,7729 Euro R$ 5,5246	Cenário Remoto Dólar R$ 5,7275 Euro R$ 6,6296
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos	6.076.564	5.954.333	7.442.922	8.931.537
Fornecedores (Itaipu Binacional)	261.444	256.185	320.231	384.279
	6.338.008	6.210.518	7.763.153	9.315.816
Euro				
Empréstimos e financiamentos	227	229	286	344
Passivo líquido exposto	**6.338.235**	**6.210.747**	**7.763.439**	**9.316.160**
Efeito líquido da variação cambial		(127.488)	1.425.204	2.977.925

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico " Operações de Swap" desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 5) - CDI	752.549	783.288
Títulos e valores mobiliários (nota 6) - CDI/Selic	592.083	812.234
Contas a receber – Renova (nota 31)- CDI	671.858	507.038
Adiantamentos a fornecedores - CDI	-	94.070
Fundos vinculados - CDI	88.177	90.993
CVA e outros componentes financeiros – SELIC* (nota 14)	1.147.415	1.080.693
Ressarcimento – descontratação de energia (nota 31) - CDI	35.038	45.550
	3.287.120	3.413.866
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 22)	(4.850.112)	(4.919.571)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 22)	(248.332)	(249.454)
Adiantamento de clientes – CDI	(32.523)	(79.405)
	(5.130.967)	(5.248.430)
Passivo Líquido Exposto	**(1.843.847)**	**(1.834.564)**

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 31 de março de 2020, a taxa SELIC será de 6,50% e a taxa TJLP será de 5,9196%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/03/2019	31/03/2020		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 6,50% TJLP 5,9196%	Cenário Possível SELIC 8,12% TJLP 7,40%	Cenário Remoto SELIC 9,75% TJLP 8,88%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	752.549	801.465	813.731	825.923
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	592.083	630.568	640.219	649.811
Contas a Receber – Renova (nota 31)	671.858	715.529	726.480	737.364
Fundos Vinculados	88.177	93.909	95.346	96.774
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC* (nota 14)	1.147.415	1.221.997	1.240.700	1.259.288
Ressarcimento – Descontratação de Energia (nota 31)	35.038	37.315	37.887	38.454
	3.287.120	**3.500.783**	**3.554.363**	**3.607.614**
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (nota 22)	(4.850.112)	(5.165.369)	(5.244.426)	(5.322.998)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (nota 22)	(248.332)	(263.032)	(266.709)	(270.384)
Adiantamento de Clientes – CDI	(32.523)	(34.637)	(35.167)	(35.694)
	(5.130.967)	**(5.463.038)**	**(5.546.302)**	**(5.629.076)**
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	**(1.843.847)**	**(1.962.255)**	**(1.991.939)**	**(2.021.462)**
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		**(118.408)**	**(148.093)**	**(177.615)**

(*) Montantes de CVA e outros componentes financeiros indexados à SELIC.

Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Redução da Inflação	31/03/2019	31/12/2018
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	411.776	395.743
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 11)	271.028	247.010
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 31)	250.867	245.566
Transmissão – indenização a receber – IPCA (nota 14)	1.321.961	1.296.314
Bonificação de outorga – IPCA (Nota 14)	2.426.044	2.408.930
	4.681.676	4.593.563
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 22)	(3.026.403)	(3.791.340)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA	(632.298)	(651.966)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA	(377.114)	(377.449)
	(4.035.815)	(4.820.755)
Ativo(Passivo) Líquido	**645.861**	**(227.192)**

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

No que se refere à probabilidade de redução da inflação, em função da Companhia ter mais ativos do que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 31 de março de 2020, a taxa IPCA será de 3,62% e a taxa de IGPM será de 4,89%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta da inflação	31/03/2019	31/03/2020		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 3,62% IGPM 4,89%	Cenário Possível (25%) IPCA 2,71% IGPM 3,67%	Cenário Remoto (50%) IPCA 1,81% IGPM 2,45%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (1)	411.776	426.675	422.950	419.225
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 11)	271.028	284.291	280.976	277.660
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 31)	250.867	263.144	260.075	257.005
Transmissão – Indenização a Receber – IPCA (nota 14)	1.321.961	1.369.791	1.357.834	1.345.877
Bonificação de Outorga – IPCA (Nota 14)	2.426.044	2.513.821	2.491.877	2.469.934
	4.681.676	**4.857.722**	**4.813.712**	**4.769.701**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA	(3.026.403)	(3.135.902)	(3.108.527)	(3.081.154)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA	(632.298)	(655.175)	(649.456)	(643.737)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	(377.114)	(390.758)	(387.347)	(383.936)
	(4.035.815)	**(4.181.835)**	**(4.145.330)**	**(4.108.827)**
Ativo (Passivo) Líquido	**645.861**	**675.887**	**668.382**	**660.874**
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		**30.026**	**22.521**	**15.013**

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia e suas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	65.549	430.897	3.043.501	8.880.526	7.471.330	19.891.803
Concessões a pagar	220	432	1.859	8.514	13.919	24.944
Dívida pactuada c/fundo de Pensão FORLUZ (nota 24)	11.766	23.522	107.329	630.558	43.373	816.548
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 24)	3.591	7.226	32.911	193.255	460.593	697.576
Arrendamentos (nota 19)	8.122	16.242	72.795	181.493	494.781	773.433
	89.248	**478.319**	**3.258.395**	**9.894.346**	**8.483.996**	**22.204.304**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.870.511	141.143	590	-	-	2.012.244
	1.959.759	**619.462**	**3.258.985**	**9.894.346**	**8.483.996**	**24.216.548**

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	53.638	-	53.638
Mútuo com Partes Relacionadas	-	-	393.597	-	-	393.597
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 24)	579	1.157	5.281	31.023	2.134	40.174
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) (nota 25)	177	356	1.619	9.508	22.661	34.321
Arrendamentos (nota 19)	876	1.751	7.631	7.323	3.742	21.323
	1.632	**3.264**	**408.128**	**101.492**	**28.537**	**543.053**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	8.428	5	-	-	-	8.433
	10.060	**3.269**	**408.128**	**101.492**	**28.537**	**551.486**

Risco de Crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 2019, considerado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R$ 792.062.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)*
A1	Superior a R$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R$1 bilhão e R$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R$400 milhões e R$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao

cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão de distribuição foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de março de 2019, a Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Total do Passivo	43.477.925	43.915.346	1.924.251	1.987.772
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(796.441)	(890.804)	(15.464)	(54.330)
(-) Fundos vinculados	(88.177)	(90.993)	(128)	(129)
Passivo Líquido	**42.593.307**	**42.933.549**	**1.908.659**	**1.933.313**
Total do Patrimônio Líquido	**16.735.702**	**15.939.327**	**15.374.931**	**14.578.719**
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	**2,55**	**2,69**	**0,13**	**0,13**

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás através de sua controlada Gasmig e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações. Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao período findo em 31 de março de 2019 e 2018 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2019							
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS (1)	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO (1)	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO (1)				
ATIVOS DO SEGMENTO	**14.813.536**	**3.893.771**	**36.627.133**	**1.873.628**	**2.525.195**	**480.364**	**60.213.627**
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.088.270	1.197.190	-	-	16.344	-	5.301.804
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**6.549**	**-**	**6.720**	**-**	**-**	**-**	**13.269**
ADIÇÕES AOS ATIVOS DE CONTRATO	**-**	**28.087**	**153.482**	**9.091**	**-**	**-**	**190.660**
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE							
RECEITA LÍQUIDA	**1.783.080**	**140.429**	**3.550.422**	**473.989**	**36.158**	**(70.900)**	**5.913.178**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia elétrica comprada para revenda	(782.919)	-	(1.828.301)	-	-	17.039	(2.594.181)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(46.085)	-	(338.942)	-	-	51.231	(333.796)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(394.982)	-	-	(394.982)
Total	**(829.004)**	**-**	**(2.167.243)**	**(394.982)**	**-**	**68.270**	**(3.322.959)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS							
Pessoal	(59.150)	(31.969)	(247.659)	(11.077)	(15.186)	-	(365.041)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(8.828)	(6.461)	(46.261)	-	(4.487)	-	(66.037)
Obrigações pós-emprego	(12.627)	(9.041)	(68.291)	-	(10.950)	-	(100.909)
Materiais	(4.678)	(833)	(14.585)	(388)	(10)	4	(20.490)
Serviços de terceiros	(26.483)	(8.130)	(239.462)	(4.422)	(6.917)	1.686	(283.728)
Depreciação e amortização	(44.406)	-	(148.849)	(18.857)	(525)	-	(212.637)
Amortização dos direitos de uso dos ativos	(1.773)	(943)	(13.116)	-	(2.427)	-	(18.259)
Provisões (reversões) operacionais e ajustes para perdas operacionais	(25.781)	(4.330)	(59.136)	(1.746)	(18.013)	-	(109.006)
Custos de construção de infraestrutura	-	(28.087)	(160.201)	(10.830)	-	-	(199.118)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(2.940)	(4.200)	(41.692)	(2.700)	(1.340)	940	(51.932)
Total do Custo de Operação	**(186.666)**	**(93.994)**	**(1.039.252)**	**(50.020)**	**(59.855)**	**2.630**	**(1.427.157)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.015.670)**	**(93.994)**	**(3.206.495)**	**(445.002)**	**(59.855)**	**70.900**	**(4.750.116)**
Resultado de equivalência patrimonial	36.679	34.311	-	-	(3.764)	-	67.226
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	**804.089**	**80.746**	**343.927**	**28.987**	**(27.461)**	**-**	**1.230.288**
Receitas financeiras	181.319	14.598	119.282	30.410	4.909	-	350.518
Despesas financeiras	(236.037)	(26.066)	(173.856)	(6.431)	(9.688)	-	(452.078)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**749.371**	**69.278**	**289.353**	**52.966**	**(32.240)**	**-**	**1.128.728**
Imposto de renda e contribuição social	(219.534)	(10.482)	(100.999)	(18.824)	18.350	-	(331.489)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	**529.837**	**58.796**	**188.354**	**34.142**	**(13.890)**	**-**	**797.239**
Participação dos acionistas controladores	**529.837**	**58.796**	**188.354**	**33.979**	**(13.890)**	**-**	**797.076**
Participação de acionista não controlador (nota nº 27)	**-**	**-**	**-**	**163**	**-**	**-**	**163**
	529.837	**58.796**	**188.354**	**34.142**	**(13.890)**	**-**	**797.239**

1) Conforme divulgado na nota explicativa nº 34, determinados ativos dos segmentos de geração, distribuição, e outros foram classificados como mantidos para venda.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2018								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	**14.029.538**	**3.829.674**	**19.051.688**	**1.845.118**	**-**	**1.887.499**	**(6.564)**	**40.636.953**
INVESTIMENTO SEM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	**4.760.661**	**1.167.791**	**1.865.730**	**-**	**-**	**27.180**	**-**	**7.821.362**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**87.984**	**-**	**170.074**	**10.243**	**-**	**8.645**	**-**	**276.946**
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	**-**	**1.063**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.063**
RECEITA LÍQUIDA	**1.473.883**	**139.272**	**2.983.541**	**346.954**	**36.459**	**31.657**	**(76.335)**	**4.935.431**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(796.464)	-	(1.485.293)	-	-	(3)	18.067	(2.263.693)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(70.394)	-	(370.845)	-	-	-	48.697	(392.542)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(263.233)	-	-	-	(263.233)
Total dos Custos Operacionais	**(866.858)**	**-**	**(1.856.138)**	**(263.233)**	**-**	**(3)**	**66.764**	**(2.919.468)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(55.527)	(25.179)	(225.825)	(11.215)	(4.785)	(9.133)	-	(331.664)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(3.006)	(1.654)	(13.856)	-	351	(1.412)	-	(19.577)
Obrigações Pós-Emprego	(11.634)	(6.229)	(55.300)	-	-	(10.108)	-	(83.271)
Materiais	(1.609)	(554)	(12.546)	(323)	(220)	(44)	6	(15.290)
Serviços de Terceiros	(23.009)	(6.874)	(198.675)	(3.561)	(6.719)	(1.594)	4.639	(235.793)
Depreciação e Amortização	(40.995)	-	(144.893)	(17.885)	(9.089)	(129)	-	(212.991)
Provisões (Reversões) Operacionais	(7.973)	(1.029)	(84.765)	-	(213)	(39.308)	81	(133.207)
Custos de Construção	-	(1.063)	(170.074)	(6.722)	(2.810)	-	-	(180.669)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(10.126)	(2.864)	(47.252)	(2.965)	(4.818)	(3.183)	4.845	(66.363)
Total do Custo de Operação	**(153.879)**	**(45.446)**	**(953.186)**	**(42.671)**	**(28.303)**	**(64.911)**	**9.571**	**(1.278.825)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.020.737)**	**(45.446)**	**(2.809.324)**	**(305.904)**	**(28.303)**	**(64.914)**	**76.335**	**(4.198.293)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(31.230)	46.944	43.722	-	(763)	(1.799)	-	56.874
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	**421.916**	**140.770**	**217.939**	**41.050**	**7.393**	**(35.056)**	**-**	**794.012**
Receitas Financeiras	127.366	8.211	78.905	14.258	925	12.189	-	241.854
Despesas Financeiras	(236.767)	(1.170)	(149.504)	(9.774)	(1.539)	(900)	-	(399.654)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**312.515**	**147.811**	**147.340**	**45.534**	**6.779**	**(23.767)**	**-**	**636.212**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(99.900)	(30.988)	(37.896)	(15.365)	(2.472)	15.004	-	(171.617)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	**212.615**	**116.823**	**109.444**	**30.169**	**4.307**	**(8.763)**	**-**	**464.595**
Participação dos acionistas controladores	**212.615**	**116.823**	**109.444**	**30.023**	**4.307**	**(8.763)**	**-**	**464.449**
Participação de acionista não controlador (nota nº 27)	**-**	**-**	**-**	**146**	**-**	**-**	**-**	**146**
	212.615	**116.823**	**109.444**	**30.169**	**4.307**	**(8.763)**	**-**	**464.595**

A composição da Receita da Companhia e suas controladas segregada por segmento para o período de 3 meses findo em 31 de março de 2019, é conforme segue:

Jan a Mar/2019	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.730.450	-	4.889.692	-	-	(18.725)	6.601.417
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	-	-	636.237	-	-	(6.193)	630.044
CVA e Outros Componentes Financeiros	-	-	120.350	-	-	-	120.350
Receita de Concessão de Transmissão	-	163.156	-	-	-	(45.977)	117.179
Receita de Construção da Transmissão	-	28.087	-	-	-	-	28.087
Receita de Indenização de Transmissão	-	32.499	-	-	-	-	32.499
Receita de Construção de Distribuição	-	-	160.201	10.830	-	-	171.031
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	6.040	-	-	-	6.040
Receita de Atualização Financeira de Bonificação pela Outorga	80.788	-	-	-	-	-	80.788
Transações com energia na CCEE	252.616	-	-	-	-	-	252.616
Fornecimento de Gás	-	-	-	596.283	-	(5)	596.278
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(22.825)	-	-	-	(22.825)
Outras Receitas Operacionais	76.436	6.557	318.626	26	39.553	-	441.198
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(357.210)	(89.870)	(2.557.899)	(133.150)	(3.395)	-	(3.141.524)
Receita Operacional líquida	**1.783.080**	**140.429**	**3.550.422**	**473.989**	**36.158**	**(70.900)**	**5.913.178**

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 28.

Jan a Mar/2018	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.582.153	-	3.835.474	-	-	-	(19.722)	5.397.905
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	-	-	379.882	-	-	-	(6.141)	373.741
CVA e Outros Componentes Financeiros	-	-	441.156	-	-	-	-	441.156
Receita de Concessão de Transmissão	-	143.546	-	-	-	-	(42.555)	100.991
Receita de Construção da Transmissão	-	1.063	-	-	-	-	-	1.063
Receita de Indenização de Transmissão	-	49.841	-	-	-	-	-	49.841
Receita de Indenização da Geração	17.245	-	-	-	-	-	-	17.245
Receita de Construção de Distribuição	-	-	170.074	6.723	-	-	-	176.797
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	792	-	-	-	-	792
Receita de Atualização Financeira de Bonificação pela Outorga	81.827	-	-	-	-	-	-	81.827
Transações com energia na CCEE	134.327	-	-	-	-	-	-	134.327
Fornecimento de Gás	-	-	-	428.077	-	-	(6)	428.071
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(16.446)	-	-	-	-	(16.446)
Outras Receitas Operacionais	4.438	7.844	375.318	3	48.408	34.013	(7.911)	462.113
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(341.094)	(68.035)	(2.202.709)	(87.849)	(11.949)	(2.356)	-	(2.713.992)
Receita Operacional líquida	**1.478.896**	**134.259**	**2.983.541**	**346.954**	**36.459**	**31.657**	**(76.335)**	**4.935.431**

34. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda e os resultados de operações descontinuadas, em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são conforme segue:

	31/03/2019	
	Consolidado	Controladora
	Investimentos	Investimentos
Ativos	19.285.433	1.573.967
Passivos	(16.111.639)	-
Ativo Líquido	**3.173.794**	**1.573.967**
Atribuível aos acionistas controladores	1.817.746	1.573.967
Atribuível aos acionistas não controladores	1.356.048	-

	31/12/2018					
	Consolidado			Controladora		
	Investimentos	Ativos de Telecom	Total	Investimentos	Ativos de Telecom	Total
Ativos	19.446.033	-	19.446.033	1.573.967	-	1.573.967
Passivos	(16.272.239)	-	(16.272.239)	-	-	-
Ativo Líquido	**3.173.794**	**-**	**3.173.794**	**1.573.967**	**-**	**1.573.967**
Atribuível aos acionistas controladores	1.817.746	-	1.817.746	1.573.967		1.573.967
Atribuível aos acionistas não controladores	1.356.048	-	1.356.048	1.573.967	-	1.573.967
RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	**72.880**	**290.542**	**363.422**	**31.465**	**276.012**	**307.477**
Atribuível aos acionistas controladores	32.027	290.542	322.569	31.465	276.012	307.477
Atribuível aos acionistas não controladores	40.853	-	40.853	-	-	

Em 27 de novembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou por manter como prioridade para 2019, no contexto do programa de desinvestimentos da Cemig, o compromisso firme para a alienação das ações da Light S.A. de propriedade da Cemig, em condições compatíveis com o mercado e que atenda ao interesse dos acionistas. A Companhia espera realizar a venda até o final de dezembro de 2019.

Adicionalmente, a Companhia avaliou que o seu investimento na Light passou a atender aos critérios do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e que sua venda é considerada altamente provável no futuro próximo. Desta forma, a Companhia avaliou também os efeitos nos investimentos detidos nas empresas LightGer, Axxiom, Guanhães e UHE Itaocara, controladas em conjunto com a Light.

As informações dos ativos e passivos das investidas classificadas como operações descontinuadas, em 31 de março de 2019, estão apresentados a seguir:

	Light	LightGer	Guanhães	Axxiom	Itaocara
ATIVO					
Ativos classificados como mantidos para venda					
Caixa e equivalente de caixa	1.187.198	64.287	4.949	4.300	3.478
Consumidores e revendedores	3.219.075	13.784	204	-	-
Tributos compensáveis	181.137	-	-	5.001	-
Contas a receber	981.772	106	268	19.424	4
Estoques	61.463	-	-	-	-
Total do Ativo Circulante	**5.630.645**	**78.177**	**5.421**	**28.725**	**3.482**
Consumidores e revendedores	1.321.686	-	-	-	-
Tributos compensáveis	52.319	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	245.149	-	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	4.356.441	-	-	17.559	-
Imobilizado	1.554.565	127.958	409.004	1.346	6.765
Intangível	3.515.298	47	2.654	5.863	8.946
Investimento	573.223	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	549.280	1.103	15.392	1.551	-
Total do Ativo Não Circulante	**12.167.961**	**129.108**	**427.050**	**26.319**	**15.711**
Total do Ativo	**17.798.606**	**207.285**	**432.471**	**55.044**	**19.193**
PASSIVO					
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda					
Fornecedores	2.485.371	33.179	12.915	2.708	103
Empréstimos e financiamentos	1.451.284	8.662	12.867	8.164	-
Encargos regulatórios	47.970	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	416.062	1.997	-	2.023	-
Outros passivos circulantes	853.794	74	1.715	22.923	60
Total do Passivo Circulante	**5.254.481**	**43.912**	**27.497**	**35.818**	**163**
Empréstimos e financiamentos	8.153.352	69.271	139.170	1.304	-
Impostos, taxas e contribuições	288.520	-	823	736	-
Outros passivos não circulantes	641.499	-	4.448	3.136	8.945
Total do Passivo Não Circulante	**9.083.371**	**69.271**	**144.441**	**5.176**	**8.945**
Total do Passivo	**14.337.852**	**113.183**	**171.938**	**40.994**	**9.108**

Captação de recurso capex 2017-2018 - Light

Em 26 de fevereiro de 2019, a controlada Light SESA recebeu a primeira liberação de recursos referente ao contrato de financiamento do capex 2017-2018 com ao BNDES no valor de R$200.000. A operação tem o custo de TLP + 3,16% a.a., com vigência de sete anos e amortizações mensais.

35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018, as controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R$11.086 no primeiro trimestre de 2019 (R$8.272 no primeiro trimestre de 2018);

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Incorporação de subsidiárias integrais pela Cemig

A Cemig efetuou, em 24 de abril de 2019, a incorporação de suas subsidiárias integrais, Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) e Luce Empreendimentos e Participações S.A. “LEPSA”) cujo valor patrimonial foi objeto de laudo de avaliação aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de março de 2019.

Com a extinção da RME e da Lepsa, ocorre, também, de forma imediata e automática, a perda de objeto e a extinção das obrigações assumidas no Acordo de Acionistas da Light S.A. (“Light”).

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não haverá aumento de capital, nem a necessidade de emissão de novas ações da Companhia. Ressaltamos que tal incorporação não altera a participação da CEMIG já detida no capital da Light.

Aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras de 2018

Em 03 de maio de 2019, a Assembleia Geral Ordinária aprovou as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia de 31 de dezembro de 2018 e a alocação de lucros acumulados e lucro líquido para o exercício de 2018, conforme proposto pelo Conselho de Administração. Também nesta Assembleia foi aprovada proposta de fixação da remuneração dos Administradores, compreendendo, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, os membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Reperfilamento da dívida da Renova

No âmbito da reestruturação financeira da controlada em conjunto Renova, em 3 de maio de 2019 foram assinados instrumentos de renegociação de dívida conforme apresentado a seguir:

- Banco Citibank S.A.: Cédula de Crédito Bancário de até R$185.000, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência, amortização do principal e pagamento dos juros trimestrais. As principais garantias da operação são: i) aval da Chipley e ii) Cessão fiduciária de 40% dos dividendos da Chipley.

- Banco BTG Pactual S.A.: 2º e 1º aditivos aos instrumentos particulares de transação e confissão de dívida CD 8/17 e 14/17, respectivamente, estabelecendo as seguintes condições e garantias: o valor da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar da data da assinatura desse ativo. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI, que serão pagos durante todo o prazo da dívida em parcelas

trimestrais, sem nenhum período de carência. A principal garantia dessa operação é a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia.

16ª Emissão de debêntures da controlada Light SESA

Em 07 de maio de 2019, ocorreu a 16ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, no montante de R$617.950, por meio de 3 séries. Seguem abaixo os montantes e condições das séries:

Séries	Montante em R$ mil	Taxa de Juros a.a	Vencimento
1ª Série	132.500	CDI + 0,90%	15 de abril de 2022
2ª Série	422.950	CDI + 1,25%	15 de abril de 2024
3ª Série	62.500	CDI + 1,35%	15 de abril de 2025

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

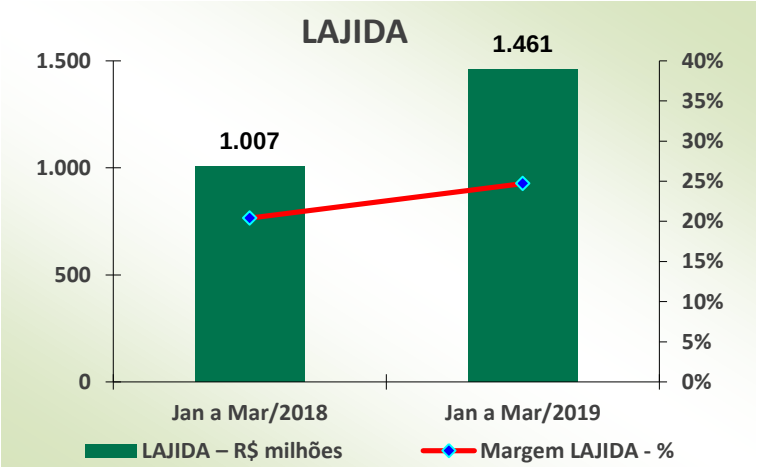
Lucro líquido do Período

A Cemig apresentou, no primeiro trimestre de 2019, um lucro líquido de R$797.239 em comparação ao lucro líquido de R$464.595 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 71,60%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 45,10% no primeiro trimestre de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou aumento, passando de 20,40% no primeiro trimestre de 2018 para 24,71% no mesmo período de 2019.

LAJIDA - R$ mil	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Var %
Resultado do período	797.239	464.595	71,60%
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social	331.489	171.617	93,16%
+ Resultado financeiro	101.560	157.800	(35,64%)
+ Depreciação e amortização	230.896	212.991	8,41%
= LAJIDA	**1.461.184**	**1.007.003**	**45,10%**



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no período de janeiro a março de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018, deve-se, principalmente, ao aumento de 19,81% nas receitas operacionais líquidas em comparação ao menor aumento das despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, de 13,40%.

Os principais itens que afetaram as receitas no período são conforme segue:

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$6.601.417 no período de janeiro a março de 2019 em comparação a R$5.397.905 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 22,30%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R$5.841.016 no período de janeiro a março de 2019 comparado a R$4.733.392 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 23,40%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019); e
- aumento de 3,51% no volume de energia vendida para consumidores finais.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no período de janeiro a março de 2019, comparativamente as do mesmo período de 2018.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jan a Mar/2019			Jan a Mar/2018			Variação %	
	MWh (2)	R$	Preço Médio MWh Faturado (R$/MWh) (1)	MWh (2)	R$	Preço Médio MWh Faturado (R$/MWh) (1)	MWh	R$
Residencial	2.743.798	2.458.438	896,00	2.593.117	1.917.981	739,64	5,81	28,18
Industrial	3.872.005	1.140.542	294,56	4.028.060	1.105.786	274,52	(3,87)	3,14
Comércio, serviços e outros	2.279.357	1.339.038	587,46	2.042.937	1.069.278	523,40	11,57	25,23
Rural	860.624	456.879	530,87	765.502	342.763	447,76	12,43	33,29
Poder público	223.700	153.592	686,60	213.598	120.850	565,78	4,73	27,09
Iluminação pública	351.964	150.845	428,58	343.406	124.416	362,30	2,49	21,24
Serviço público	339.111	167.496	493,93	322.058	134.272	416,92	5,30	24,74
Subtotal	**10.670.559**	**5.866.830**	**549,81**	**10.308.678**	**4.815.346**	**467,12**	**3,51**	**21,84**
Consumo Próprio	9.983	-	-	12.124	-	-	(17,66)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(25.814)	-	-	(81.954)	-	-	(68,50)
	10.680.542	**5.841.016**	**546,88**	**10.320.802**	**4.733.392**	**458,63**	**3,49**	**23,40**
Suprimento a outras concessionárias (3)	3.077.493	817.138	265,52	2.632.799	701.491	266,44	16,89	16,49
Suprimento não faturado líquido	-	(56.737)	-	-	(36.978)	-	-	53,43
Total	**13.758.035**	**6.601.417**	**479,82**	**12.953.601**	**5.397.905**	**416,71**	**6,21**	**22,30**

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.
(2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.
(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se o crescimento de 3,51% na quantidade de energia vendida para o consumidor final. Ressalta-se que todas as classes foram impactadas pelo calendário de faturamento que, no primeiro trimestre de 2019 teve 2,7 dias a mais que no mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, destaca-se os fatores abaixo:

- as classes residencial, comercial e poder público tiveram o crescimento influenciado pela elevação da temperatura média no primeiro trimestre de 2019 comparado ao mesmo período de 2018;
- a classe rural teve o crescimento influenciado pelo aumento do consumo ligado à irrigação devido ao menor volume de chuvas; e
- a classe de serviço público foi impactada pelo aumento do consumo ligado à captação de água, também devido ao menor volume de chuvas.

Em contrapartida, verificou-se a redução de 3,87% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função da não retomada do crescimento da atividade do setor industrial aos níveis esperados para o período.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a março de 2019, essa receita correspondeu ao montante de R$630.044, comparada a R$373.741 no mesmo período de 2018, o que representou aumento de 68,58%. Esta variação decorre do aumento de aproximadamente 65,60%, incluindo transporte de energia e demanda, ocorrido no reajuste tarifário anual de 2018, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019).

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contabéis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R$120.350 no primeiro trimestre de 2019, em comparação a um aumento da receita de R$441.156 no mesmo período de 2018. Essa variação deve-se, principalmente, aos maiores custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária o que gerou um maior ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Vide mais informações na nota explicativa nº 14 destas demonstrações financeiras.

Receita de Concessão de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP. Esta receita foi de R$117.179 no primeiro trimestre de 2019 comparados a R$100.991 no mesmo período de 2018, representando crescimento de 16,03%. Essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2018, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Cemig GT e IGPM para a Cemig Itajubá. Em 2018, os reajustes da RAP foram de 4,00% e 3,30%, para os contratos de concessão da Cemig GT e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R$32.499 no primeiro trimestre de 2019, comparado a R$49.841 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 34,79%.

A Companhia registra a atualização do saldo a receber da indenização com base no IPCA e no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos.

Em julho de 2018 a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME sofreu um reajuste negativo de 23,2%.

Mais informações na nota explicativa nº 14 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R$252.616 no primeiro trimestre de 2019 comparados a R$134.327 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 88,06%. Esta variação decorre, principalmente, da maior alocação de garantia física, associada a GSFs maiores no primeiro trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018, aumentando a sobra de energia. Essa sobra, por sua vez, foi valorizada ao PLD mais elevado, em relação ao mesmo período de 2018, contribuindo para o aumento variação da receita da Companhia nas transações com a CCEE.

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R$596.278 no período de janeiro a março de 2019 comparada a R$428.071 no mesmo período de 2018, crescimento de 39,29%. Esta variação decorre basicamente do aumento no custo do gás, repassado ao consumidor tendo em vista que houve um aumento de 19,31% no volume de gás vendido (315.240 m³ no período de janeiro a março de 2019 comparados a 264.226 m³ no mesmo período de 2018).

Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R$199.118 no período de janeiro a março de 2019 comparadas a R$177.860 no mesmo período de 2018, apresentando um aumento de 11,95%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia e suas controladas, foram de R$441.198 no primeiro trimestre de 2019 em comparação a R$462.113 no mesmo período de 2018, uma redução de 4,53%. A composição das outras receitas operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 28 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R$3.141.524 no período de janeiro a março de 2019 comparados a R$2.713.992 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 15,75%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R$652.349 no período de janeiro a março de 2019 comparados a R$587.855 no mesmo período de 2018.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Houve redução dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R$11.156 no período de janeiro a março de 2019 em comparação a R$116.772 no mesmo período de 2018, uma redução de 90,45%.

Esta variação se explica pelo fato de que no primeiro trimestre de 2019 não houve efeitos de acionamento das bandeiras vermelha ou amarela, tendo em vista que prevaleceu a bandeira verde durante todo o período. No mesmo período de 2018 o resultado foi impactado pelo acionamento, no mês de dezembro de 2017, da bandeira vermelha patamar 1, com efeitos no faturamento de janeiro de 2018.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R$4.750.116 no período de janeiro a março de 2019 comparados a R$4.198.293 no mesmo período de 2018, um aumento de 13,14%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 29 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R$365.041 no primeiro trimestre de 2019, comparados a R$331.664 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 10,06%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- reconhecimento, no primeiro trimestre de 2019, de custo com programas de desligamento voluntário no montante de R$21.491.
- reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018, em função de Acordo Coletivo;
- aumento de 3,01% no número médio de empregados sendo 6.031 no primeiro trimestre de 2019 em comparação a 5.855 no mesmo período de 2018.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$2.594.181 no período de janeiro a março de 2019 comparada a R$2.263.693 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 14,60%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento das despesas com compra de energia de curto prazo, R$513.977 no primeiro trimestre de 2019 comparado a R$219.111 no mesmo período de 2018. A variação decorre, principalmente, das transações com energia na CCEE. O déficit de energia apurado nos meses de janeiro e fevereiro de 2019, no volume de 50.228 MWh, sendo necessário a compra energia ao PLD – preço de liquidação de diferenças. No primeiro trimestre de 2018 foi apurado um superávit de energia, no volume de 223.166 MWh, proporcionando a venda na CCEE com consequente redução da despesa líquida naquele período;

- aumento de 15,58% das despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo R$333.156 no primeiro trimestre de 2019 comparado a R$288.243 no mesmo período de 2018. Esta variação se deve, principalmente, da maior cotação do dólar no primeiro trimestre de 2019 na comparação com o mesmo período de 2018;

Este é um custo não controlável para a Cemig D, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 29 das informações contábeis intermediárias.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R$333.796 no período de janeiro a março de 2019, comparados a R$392.542 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 14,97%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R$109.006 no período de janeiro a março de 2019, comparadas a R$133.207 no mesmo período de 2018, uma redução de 18,17%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução na provisão para opção de venda de Parati: no primeiro trimestre de 2018, foi constituída uma provisão no montante de R$34.535. No primeiro trimestre de 2019 esta provisão não foi constituída dado o exercício da opção ocorrido em novembro de 2018.
- Redução das provisões para contingências trabalhistas que representou constituição líquida de R$1.436 no período de janeiro a março de 2019 em comparação à constituição líquida de R$17.054 no período de janeiro a março de 2018. Esta variação decorre, principalmente, dos impactos da nova jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da licitude da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, o que levou à reavaliação de perda de diversas ações onde se discute este tema, com a consequente redução dos valores anteriormente provisionados.

- Aumento das provisões para contingências tributárias que representou constituição líquida de R$14.926 no período de janeiro a março de 2019 em comparação à constituição líquida de R$69 no período de janeiro a março de 2018. Esta variação decorre da constituição de provisão, no primeiro trimestre de 2019, no montante de R$15.278, em função do pagamento de valor referente a ação onde se discutia a exigibilidade de crédito tributário de IPTU, tendo em vista a celebração de acordo entre a Companhia e a parte contrária.
- Aumento de 146,98% das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R$11.008 no primeiro trimestre de 2019, em comparação à R$4.457 no mesmo período de 2018.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R$199.118 no período de janeiro a março de 2019 comparados a R$180.669 no mesmo período de 2018, um aumento de 10,21%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

No período de janeiro a março de 2019 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R$394.982 comparada a uma despesa de R$263.233 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 50,05%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 19% no volume de gás vendido (315.240 m³ de janeiro a março de 2019 comparados a 264.115 m³ no mesmo perído de 2018), associado ao aumento de 37% no custo do gás comprado da Petrobrás.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R$100.909 no primeiro trimestre de 2019 em comparação a uma despesa de R$83.271 no mesmo período de 2018. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, que gerou o incremento do passivo atuarial, e consequentemente, da despesa.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou ganhos de R$67.226 no período de janeiro a março de 2019 na comparação ao ganhos de R$56.874 no mesmo período de 2018.

As perdas reconhecidas no primeiro trimestre de 2018 decorreram, principalmente, dos prejuízos apurados pelas investidas Renova e Madeira Energia. Não foram reconhecidas perdas relacionadas ao investimento na Renova no primeiro trimestre de 2019, já que este foi baixado em dezembro de 2018, diante do passivo a descoberto da investida. Adicionalmente, o resultado negativo com equivalência patrimonial da Madeira Energia sofreu uma redução de 74,28% no primeiro trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018.

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº 16.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no período de janeiro a março de 2019 foi uma despesa financeira líquida de R$101.560 comparada a uma despesa financeira líquida de R$157.800 no mesmo período de 2018. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- crescimento dos ganhos com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação de moeda estrangeira vinculada ao Eurobonds, que alcançou o montante de R$152.311 no primeio trimestre de 2019, em comparação a R$97.517 no mesmo período de 2018. Essa variação positiva decorreu da valorização do dólar futuro, que resultou na valorização das opções (call spread) e do ativo, bem como da redução da curva DI (ponta passiva), contribuindo para aumentar o seu valor justo.

- aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo receita líquida de R$20.906 no primeiro trimestre de 2019 comparados a uma receita líquida de R$447 no mesmo período de 2018 decorrente, basicamente, do maior saldo de ativos líquidos no período de janeiro a março 2019 na comparação com o mesmo período do ano anterior;

- aumento de 5,59% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R$303.412 no primeiro trimestre de 2019 comparados a R$287.348 no mesmo período de 2018. Este resultado decorre, principalmente, do maior saldo de empréstimos e financiamentos indexados a variação do CDI no primeiro trimestre de 2019 na comparação com o mesmo período de 2018.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 30 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No período de janeiro a março de 2019, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R$331.489 em relação ao lucro de R$1.128.728 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 29,37%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2018, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R$171.617 em relação ao lucro de R$636.212, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 26,97%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(c) destas Informações Contábeis Intermediárias.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de março de 2019, reuniu-se 7 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGE realizada em 11 de junho de 2018, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2020.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei e conforme Estatuto Social da Cemig cabe ao Conselho de Administração, dentre outros:

- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação da Estratégia de Longo Prazo, do Plano de Negócios Plurianual e do Orçamento anual, bem como suas alterações e revisões.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por 9 (nove) membros efetivos, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente, com dotação orçamentária própria, de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

Conforme Estatuto Social da Cemig, são atribuições do Comitê de Auditoria, dentre outras:

- supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras;
- avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..
O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2020.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos a Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social;
- autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe;
- a Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso por escrito, correspondência eletrônica ou outro meio digital com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2019, até o dia 31/03, foram realizadas 4 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.
- Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

a) aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,

b) a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Conforme Estatuto Social, competem ao Conselho Fiscal as atribuições fixadas na legislação aplicável, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas.

Qualificação e remuneração

A remuneração global ou individual dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação aplicável.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do "*Public Company Accounting Oversight Board*" - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Gestão de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig onde são identificados eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia.

Desde 2016 a Gestão de Riscos Corporativos e de Compliance está subordinada à Presidência. Esse movimento reforça a intenção de aumentar a independência destes processos e fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa. Neste sentido, a prática de gestão de riscos é um fator de diferenciação competitiva que deve ser utilizado não só de forma defensiva, mas igualmente como uma oportunidade de melhoria. A estruturação e análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco tendem a otimizar os investimentos no controle da atividade, reduzir os custos, melhorar a performance e consequentemente favorecer o alcance das metas traçadas pela Companhia.

A Cemig sempre considera o princípio da precaução nos processos de gestão de risco, no planejamento das operações e no desenvolvimento de novos negócios. Durante o planejamento, são considerados todos os fatores que possam apresentar riscos à saúde e à segurança dos empregados, fornecedores, clientes, da população em geral e do meio ambiente. Além disso, o fato da Companhia ser reconhecida pelo Índice Dow Jones de Sustentabilidade e o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE reflete a implementação de elementos estruturais do sistema de gestão de riscos e o comprometimento com a sustentabilidade.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Aprovada pelo Conselho de Administração da Cemig em 11 de maio de 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (http://ri.cemig.com.br) visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interagem, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação. O documento foi atualizado em 2018.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig foi criada em 12 de agosto de 2004 com objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações em relação à gestão da "Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional" (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código de Ética da Cemig.

A Comissão é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, responsáveis pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos da "Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional" da CEMIG.

Canal de Denúncias Anônimas

Em 13 de dezembro de 2006, a Cemig implantou o Canal de Denúncias Anônimas, disponível na intranet corporativa.

Por este Canal, a Comissão de Ética recebe consultas e denúncias anônimas, que podem instrumentalizar a Cemig na detecção de práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Esse canal representa mais um passo da Cemig em direção a melhorar a transparência, atendimento à legislação e alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. A implementação deste instrumento possibilita melhoria dos controles internos e difusão da cultura ética aos nossos empregados em prol da conformidade do nosso negócio.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 31/03/2019

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	248.480.146	50,96	-	-	248.480.146	17,03
FIA Dinâmica Energia S/A	48.700.000	9,99	55.905.344	5,76	104.605.344	7,17
BNDESPAR	54.342.992	11,14	26.220.938	2,70	80.563.930	5,52

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 31/03/2019

	Janeiro a Março/2019	
	ON	PN
Controlador	248.480.146	-
Conselho de Administração	-	16.600
Diretoria Executiva	-	19.600
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (*free float*)	239.133.998	970.541.539
TOTAL	**487.614.213**	**971.138.388**

Relações com Investidores

No ano de 2018, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio de 2018, pelo 23º ano consecutivo, o nosso tradicional "Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais", na cidade de Belo Horizonte - MG, onde os profissionais do mercado tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

Nossas ações preferenciais ("CMIG4") e ordinárias ("CMIG3") estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) desde 2001, garantindo aos nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), com lastro de ações PN ("CIG") e ON ("CIG.C"), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE. Possuímos, também, ações preferenciais ("XCMIG") listadas na Bolsa de Valores de Madri (LATIBEX) desde 2002.

Em junho de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou alterar o Estatuto Social da Companhia visando à manutenção da adoção das melhores práticas de Governança Corporativa, além da adequação à Lei 13.303/2016, também conhecida como a Lei das Estatais.

Dentre os aprimoramentos incorporados no Estatuto Social, cabe destacar:

- redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e com o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal;
- política de Elegibilidade e Avaliação para indicação de membro de Conselho de Administração e de Diretoria Executiva em empresas controladas e coligadas;
- política de Transações com Partes Relacionadas;
- formal designação para o Conselho de Administração assegurar a implementação e supervisão dos sistemas de risco e de controles internos da Companhia;

- a critério da Diretoria Executiva, ampliação dos comitês técnicos, compostos por técnicos de carreira da Companhia, com capacidade decisória em matérias específicas;
- o Diretor-Presidente passa a conduzir diretamente as atividades de compliance e de gestão de riscos corporativos;
- maior ênfase nas funções de controle da Companhia: auditoria interna, compliance e gestão de riscos corporativos;
- adoção de câmara de arbitragem para resolução de conflitos eventualmente existentes entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal.

* * * * * * * * * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Cledorvino Belini
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Comercial

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Paulo Mota Henriques
Diretor de Geração e Transmissão

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de Participações

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretoria Sem Denominação Específica
Interina e cumulativamente

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Gestão Empresarial,
interina e cumulativamente

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 16 às informações contábeis intermediárias, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos da Companhia e desses outros acionistas. Os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 16 às informações contábeis intermediárias, a controlada em conjunto Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de março de 2019, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 16, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada em conjunto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja forma e conteúdo nas informações intermediárias são requeridas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 15 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0